



CURRÍCULO DE ALTOS



*Um Marco para a Educação
do nosso Município*

Educação Infantil
Ensino Fundamental

Introdução





CURRÍCULO DE ALTOS



*Um Marco para a Educação
do nosso Município*

S586c Silva, Carlos Alberto Pereira da

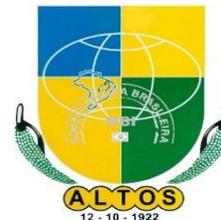
Currículo do Piauí: um marco para a educação do do nosso estado / Carlos Alberto Pereira da Silva et.al. - Teresina: SEDUC, 2019.
529p.

1. Currículos. 2. Educação. I. Título

CDD 375



EDUCAÇÃO
Secretaria de Estado
da Educação / SEDUC



José Wellington Barroso de Araújo Dias
GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Ellen Gera de Brito Moura
SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI

Cleidimar Tavares Mendes Brito
PRESIDENTE DA UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO
PIAUÍ - UNDIME-PI

Maria Pereira da Silva Xavier
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Patrícia Mara da Silva Leal Pinheiro
PREFEITA DE ALTOS

Nairene de Sousa Lima Barros
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALTOS

Márcia Beatriz Barros Caminha
ARTICULADORA DO REGIME DE COLABORAÇÃO – UNDIME

Fernanda Gleide Lima Martins
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALTOS



Carlos Alberto Pereira Da Silva
COORDENADOR ESTADUAL – SEDUC/PI

Maria de Lourdes Costa De Moraes Sousa
COORDENADORA ESTADUAL- UNDIME / PI

Paula Neto Oliveira
ANALISTA DE GESTÃO
COORDENADORA DE GESTÃO DE PROJETOS ESPECIAIS SUEB

Gildete Milu da Silva Sousa
ARTICULADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Sebastião Gomes Ferreira
ARTICULADOR DO ENSINO MÉDIO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Nilda Alves de Carvalho
ARTICULADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Emmanuel Cleydelon Tavares Brito
ARTICULADOR DO REGIME DE COLABORAÇÃO - UNDIME-PI

COORDENADORAS DE ETAPA

Eloane Coimbra Lima
EDUCAÇÃO INFANTIL- UNDIME/PI

Marília Daniela Aragão dos Anjos
ANOS FINAIS - SEDUC/PI

Mércia Araújo Silva
ANOS INICIAIS - UNDIME/PI

Gabriela Santos Oliveira Rodrigues
SUPERVISORA DE GESTÃO DE PROJETOS ESPECIAIS SUEB

REVISÃO E APRECIÇÃO

Elenice Maria Nery - SEDUC/PI

Martha Santos Teixeira - SEDUC/PI



REDATORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Alcina Maria Medeiros Lago Sotero - SEDUC/PI

Edimilson Pereira de Araújo - UNDIME/PI

Francisco Soares Cavalcante Neto - UNDIMEPI

COLABORADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gertrudes Ildec Pio Mendes

Jailton Rodrigues de Sousa

Maria José Andrade

Marilene de Oliveira Araújo

Rafaela Bezerra Lopes

Sandra Lima de Vasconcelos Ramos

Jennyane Vasconcelos Ramos de Moura Rufino

Maria Eloiza da Silva Monteiro

REDATORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Armandina Vieira De Araújo - UNDIME/PI

Cleidimar Tavares Mendes Brito - UNDIME/PI

Elenice Maria Nery - SEDUC/PI

Érica Graziela Benicio De Melo - UNDIME/PI

Josefina Ferreira Gomes Lima - SEDUC/PI

COLABORADORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Cerise Amorim Martins

Geusélia Gonçalves de Moura Cavalcante

Isolete Alves De Brito Pereira

Karla Celene de Sousa Ramos

Luizete Eva de Sousa Carvalho

Macos Paulo de Sousa Araújo

Neyla Siqueira dos Santos Alencar

Rosângela Maria de Sá

REDATORES DE ARTE

Adelma Santos de Almeida - UNDIME/PI

Diego dos Santos Cunha - SEDUC/PI

Hérica Regina Vieira Santos - SEDUC/PI

COLABORADORES DE ARTE

Danilo dos Santos Cunha

Sarah Jamile Pacheco Rocha

REDATORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Adrianna Oliveira Felisberto - SEDUC/PI

Carmem Gomes Ferreira - SEDUC/PI

Juliana Maria de Andrade Soares - UNDIME/PI



COLABORADORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Márcia Nayra Soares de Araújo Carvalho
Maria do Desterro Melo da Rocha Nogueira Barros
Sandra Maria Soares

REDATORES DE LÍNGUA INGLESA

Gabriela Santos Oliveira Rodrigues - SEDUC/PI
Luciano Barroso de Carvalho - SEDUC/PI

COLABORADORES DE LÍNGUA INGLESA

Francineide Maria da Silva Martins
Francisca Lucélia Santos
Josélia Batista Santos
Raimundo Nonato Sousa
Wildon de Moreira Farias

REDATORES DE MATEMÁTICA

Maria Sidinei Lins Magalhães Araújo - UNDIME//PI
Raimundo Araújo Costa Sobrinho - SEDUC/PI
Silmara Bezerra Paz Carvalho - SEDUC/PI

COLABORADORES DE MATEMÁTICA

Afonso Norberto da Silva
Alan Kardec Carvalho Sarmento
Alzira Alves da Silva Barros
Antônio Cardoso do Amaral
Joselane da Silveira Miranda Luz
Marcelli Gomes Cardoso
Marcelo da Silva Santos
Maria Aparecida de Aparecida de Moura Amorim
Rosângela Monteiro da Silva Ramos

REDATORES DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

Adriana de Sousa Lima - SEDUC/PI
Ciro Gonçalves e Sá - SEDUC/PI
Herculana de Oliveira Mascarenha - SEDUC/PI
Maura Célia Cunha e Silva - SEDUC/PI
Silas Figueredo da Silva - SEDUC/PI

COLABORADORES DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

Claucenira Bandeira da Silva
Gualberto de Abreu Soares
Izael Araújo Lima
Jeferson Nunes dos Santos
Vilma Ribeiro Santos Silva



REDADORES DE GEOGRAFIA

José Edson da Silva Barrinha - UNDIME/PI
Josefa Lustosa Lobato e Silva - UNDIME/PI

COLABORADORES DE GEOGRAFIA

Celso Angelo Pereira Filho
Clayton Ferreira das Neves
Inacia de Sousa Ribeiro
Reinaldo Vieira de Carvalho

REDADORES DE HISTÓRIA

Antônio De Sousa Silva - UNDIME/PI
Bernardo Borges Feitosa - SEDUC/PI

COLABORES DE HISTÓRIA

Damião de Cosme de Carvalho Rocha - SEDUC/PI
Esdra Gomes dos Santos
Francisco Rodrigues dos Santos
Rogevalda Brito de Sousa Santos
Patrick Wilson Soares Sales

REDADORES DE ENSINO RELIGIOSO

Edimilson Pereira de Araújo - UNDIME/PI
Marília Daniela Aragão dos Anjos - SEDUC/PI

DIAGRAMAÇÃO

Clayton Ferreira das Neves - SEDUC/PI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALTOS – SEMED

EQUIPE MUNICIPAL DE ADEQUAÇÃO CURRICULAR

DIRETORA GERAL DA SEMED

Maria Fátima Paula dos Santos

COORDENADORA MUNICIPAL- SEMED

Regina Maria Bomfim Soares

PROFESSORES COLABORADORES

Dr. Juscelino Gomes Lima
Professor IFPI

Carlos Alberto Dias
Professor – Historiador - Coordenador
Municipal de Cultura
Ms. Raimundo Nonato
Denise Cavalcante Lemos
Ivanide Ferreira Gomes
Conceição de Maria Alves



ARTICULADORES MUNICIPAIS

Aurylenne Oliveira Soares
Supervisora de Língua Estrangeira

Digenane Iêly Alves Monturil de Morais
Formadora Ciclo de Alfabetização

Diego Cavalcante de Sousa
Supervisor anos finais zona urbana

Denise Gomes dos Santos
Formadora Ciclo de Alfabetização

Fernanda Gleide Lima Martins
Supervisora da Educação Especial

Géssica Ferreira Carvalho
Supervisora da Educação Infantil

Iraneide Monteiro da Silva
Supervisor anos finais zona urbana

Isaura Pereira de Araújo
Supervisor anos iniciais zona urbana

Jorgeana Ferreira Lima
Supervisor anos iniciais zona urbana

Livalbenes de Abreu Paiva
Supervisor anos iniciais zona rural

Maria das Dores Rosa
Supervisor anos finais zona rural

Maria da Glória Mendes da Silva
Supervisor de Educação Física

Karliane Martins da Silva
Supervisor anos finais zona rural

Marli de Lourdes Sousa Silva
Formadora Ciclo de Alfabetização

Maria Santana do Nascimento Carvalho
Supervisora da Educação Infantil

Maria de Jesus Souza Nunes
Supervisora da EJA

Rosângela Pereira de Sousa
Supervisora anos iniciais zona rural



Caros leitores,

É com muita satisfação que apresentamos à sociedade piauiense em geral, em especial aos educadores, a Versão 3 (três) do Currículo do Piauí para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Tal proposta foi elaborada após muito estudo e discussão com um corpo técnico especializado na construção de currículo, tendo sido observada a legislação educacional específica e, principalmente, experiências das práticas pedagógicas dos diferentes ambientes educacionais.

A partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017), o Estado do Piauí, seguindo as diretrizes do Guia de Implementação da BNCC, constituiu Comissões de Governança e Execução, responsáveis pela discussão, construção e implantação do novo currículo para a Educação Básica, particularmente, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. O trabalho tem sido realizado em regime de colaboração com as redes municipal, estadual e privada, as quais têm contribuído com o processo de discussão das novas bases educacionais propostas pela BNCC.

Considerando as dinâmicas do mundo globalizado, compreendidas, dentre outras, pelo avanço tecnológico e as novas exigências do mercado de trabalho - o que tem impactado as relações interpessoais, a percepção e o cuidado sobre si mesmo e o outro -, faz-se necessário que todo cidadão ou cidadã piauiense desenvolva Competências e Habilidades primordiais à vida cotidiana, ao exercício da cidadania e ao mundo do trabalho.

Nesse sentido, apresentamos esta versão que está estruturada por etapas da Educação Básica, por áreas do conhecimento e Componentes. Vale ressaltar que este Documento foi construído a partir da ampliação dos debates com os profissionais da educação e o respeito às identidades, culturas, políticas, e demais características econômicas e socioambientais do território piauiense.

Sob esta perspectiva, esperamos que este Currículo seja vivenciado por toda a Comunidade Escolar e que colabore efetivamente com o avanço sustentável da Educação do Piauí.

Atenciosamente,

José Wellington Barroso de Araújo Dias
GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Ellen Gera de Brito Moura
SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

Cleidimar Tavares Mendes Brito
PRESIDENTE DA UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO/PI



Professores altoenses,

Em dezembro de 2017, ocorreu a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), referente às etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, contendo o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos (as) os (as) alunos (as) têm o direito de desenvolver ao longo dessas etapas da educação básica.

Por meio de um pacto colaborativo, Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE), estabelecido no início de 2018, as redes de ensino começaram o processo de implementação da BNCC, iniciando o percurso de (re)elaboração de sua proposta curricular.

O Município de Altos, Estado do Piauí, que, reconhecidamente, tem apresentado, nos últimos oito anos, um forte histórico de regime de colaboração e de avanços educacionais, frutos do esforço da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, pela garantia do direito de aprender de cada aluno (a) na idade certa, desenvolveu, em 2019, um grande processo participativo para a construção de um documento curricular que fosse referência para a escola no que concerne à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

Assim, é com grande satisfação que apresentamos o resultado desse processo de construção conjunta, envolvendo a participação de profissionais do município como gestores (as), professores (as), coordenadores (as); supervisores(as), estudiosos (as) e muitos (as) que têm na educação o processo por excelência para a formação integral de crianças e adolescentes. Além de consulta pública, da escuta direta de professores e professoras, o documento teve a leitura crítica de especialistas das diferentes etapas/componentes curriculares.

Portanto, deixamos nosso registro, sem queremos ser pretenciosos, sob a intitulação de Documento Curricular Referencial de Altos/Pi (DCRA/Pi). Este documento busca apontar caminhos para que o currículo das escolas municipais altoenses seja vivo e prazeroso, de modo a assegurar as aprendizagens essenciais e indispensáveis a todas as crianças e adolescentes, cumprindo de forma efetiva com o compromisso assumido pelo estado do Piauí que é o direito de aprender na idade certa. Com base no documento, a nossa rede de ensino com todas as instituições escolares públicas e privadas contarão com uma referência municipal para elaboração ou adequação de suas propostas pedagógicas. O DCRA/Pi constitui, portanto, a consolidação de uma ação articulada e integrada para fortalecer o protagonismo dos (as) docentes, de seus alunos e suas alunas em cada sala de aula da



nossa querida Altos/Pi, e a reafirmação do compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, mais equânime e igualitária e mais educada.

Atenciosamente,

Patrícia Mara da Silva Leal Pinheiro

PREFEITA DE ALTOS/PI

Nairene de Sousa Lima Barros

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Prezados Educadores,

O Currículo do Piauí que abrange a escolaridade dos estudantes da Educação Infantil e do Fundamental tem como objetivo assegurar o direito aos conhecimentos historicamente acumulados e, conseqüentemente, ao desenvolvimento integral do estudante piauiense, está dividido em duas partes, a parte Introdutória do Documento e a dos Componentes Curriculares.

O documento foi construído e pensado de maneira que todos possam se sentir representados (redes municipais e estadual) e, saibam qual foi e será a sua contribuição nessa caminhada desafiadora. Legitimado pelo processo de construção a várias mãos e pela Consulta Pública realizada, tanto pela Comissão ProBNCC/PI como pelo Conselho Estadual de Educação – CEE/PI, o Currículo do Piauí é um documento vivo e coerente, uma conquista na busca por equidade e qualidade na nossa educação. Foi aprovado pelo Parecer CEE/PI nº 105/2019 de 15 /08/2019 e Resolução CEE/PI nº 097/2019 de 15/08/2019.

No Parecer do CEE/PI que aprovou o currículo, a Comissão responsável pelo parecer, considera que o Currículo do Piauí é referência para todas as escolas que fazem parte do Sistema de Ensino do Estado, bem como, considera que, o professor necessita de saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade, ética, indagação teórica e criatividade para lidar com as situações presentes no ambiente escolar. O Regime de Colaboração foi à metodologia empregada na construção curricular. A participação dos profissionais da educação e representação da sociedade civil organizada foi importante e legitimou o documento, o qual representa o ideal de educação que o estado reconhece como direito dos estudantes piauienses. Contudo, o currículo precisa ser algo vivo, e não um documento estático. Para tanto, requer efetividade nos processos de desenvolvimento das experiências de aprendizagem, que garantam o exercício do dever dos trabalhadores da educação e os direitos dos estudantes. A flexibilidade é princípio fundamental, devendo contemplar a diversidade regional e cultural, promover a equidade e a igualdade de oportunidades, considerando as modalidades de ensino conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4 de 13 de julho de 2010.

De acordo com o Guia de Implementação do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular, o Regime de Colaboração entre estado e municípios, possibilitou a (re)elaboração curricular, resultando em um documento único, o qual abrangesse todo o Sistema Estadual de Educação como Currículo de Referência. O documento tem significância, pois o mesmo contempla tanto as redes que farão sua primeira elaboração curricular, quanto às redes que já possuem currículo e farão uma atualização alinhada à BNCC. Faz-se necessário ressaltar que os currículos construídos em regime de colaboração à luz da BNCC referem-se aos estados como território e não restritos às Secretarias Estaduais, ou seja, o Currículo será válido para as redes estadual e municipais que aderiram ao processo.

Dessa maneira, o Currículo do Piauí é produto do trabalho em regime de colaboração para o território piauiense. Esse documento foi construído a partir de estudos para o entendimento da proposta da BNCC, o histórico curricular local, as pluralidades e diversidades dos vários documentos existentes, incluindo os currículos dos municípios. Assim, o debate foi enriquecido e as contribuições foram qualificadas, inclusive com a participação de representantes da rede privada de educação do estado. Para tanto, foram definidas algumas diretrizes que apontaram qual concepção e o modelo de estrutura do



documento curricular queríamos construir. Definições como: princípios norteadores do currículo, processo de avaliação, metodologia, nível de detalhamento das habilidades, exemplos de propostas de trabalho interdisciplinar, estratégias para contemplar diversidades locais, temas integradores, formato e utilização de exemplos de atividades, orientações didáticas para cada componente curricular, entre outros foram avaliadas para esse processo.

Esse material orienta o Regime de Colaboração, adotado como política de estado pelo Piauí e considerado como um dos pilares fundamentais para construção do Currículo do Piauí, garantindo a isonomia na gestão do projeto de construção e na tomada de decisão, pois os órgãos institucionais do Estado envolvidos num modelo de governança participativo e dinâmico, envolvendo a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME, trabalharam harmonicamente estabelecendo diálogo, concretizando uma proposta curricular que garantisse a qualidade e equidade, na Educação do Estado do Piauí para os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

A trajetória para a construção e elaboração do Currículo do Piauí para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental se materializaram com o cumprimento das etapas do ciclo I e do ciclo II, do Guia de Implementação da BNCC. No período do ciclo I, redatores e professores, colaboradores do estado, representantes de todas as redes, em parceria com a equipe ProBNCC, construíram a versão preliminar do documento.

O Currículo do Piauí apresenta ações que devem ser implementadas no âmbito de cada instituição de ensino para que o desenvolvimento das competências e habilidades propostas para os estudantes do Piauí se efetive, considerando as distintas realidades. Nesta perspectiva destaca-se, como fundamental, entre outros aspectos: (1) a formação de professores como o maior desafio; (2) desconstrução da resistência existente entre os professores para desenvolverem suas práticas conectadas com a dinamicidade do mundo contemporâneo; (3) formação de professores e gestores para o uso das tecnologias modernas, enfatizando a cultura digital, ainda não dominada pela maioria dos professores; (4) adoção de um ensino com o foco no desenvolvimento de competências e habilidades proposto pela BNCC; (5) flexibilização curricular contemplando a diversidade regional e cultural, considerando as modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Escolar de Quilombolas, Educação para estudantes em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, Educação de Crianças em Situação de Itinerância, Educação Básica nas escolas do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Básica Especial e Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana). Registra-se, ainda, na dinâmica de desenvolvimento do currículo o requisito de explicitação na Proposta Pedagógica de cada escola e de como dar-se-á sua realização. É salutar lembrar que, assim como a construção dos currículos dos municípios foi coletiva, a Proposta Pedagógica e o Regimento Interno das escolas, deverão contar com a participação de todos os atores que fazem a comunidade escolar, para que os mesmos possam sentir-se partícipes do processo e naturalmente encontrar significado na sua missão de educar. Esperamos que este documento possa modificar as relações entre gestores educacionais, educadores e educandos, possibilitando o desenvolvimento integral de cada um dos partícipes da escola. Tenham todos uma boa leitura e que este documento seja conhecido por todos, para o fiel cumprimento do pactuado no regime de colaboração.



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	012
2 CENÁRIO EDUCACIONAL PIAUIENSE E ALTOENSE: EDUCAÇÃO, CONTEXTOS E DIÁLOGOS.....	013
2.1 O Piauí na História: passado e presente.	011
2.2 Contexto educacional do território piauiense.....	016
2.3 Cenário Educacional Altoense	
2.3.1 Altos na História: passado e presente	
2.3.2 Contexto Educacional do Território Altoense	
2.4	2.4
2.4.1 Educação Integral	024
2.4.2 Princípios da educação no território piauiense.....	026
2.5 Ensino e Aprendizagem	027
2.6 Avaliação.....	028
2.7 Currículo	030
2.7.1 Integração Curricular: temas integradores.	032
3 IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	038
3.1 Diagnóstico.....	042
3.2 Metodologia	042
3.3 Regime de Colaboração	043
3.4 Monitoramento e Avaliação	043
4 ESTRUTURA DO CURRÍCULO.....	044
- Educação Infantil	047
1 - Concepção de criança	049
2 - Marcos legais.....	051
3 - Desafios do ensino da educação infantil e a integralidade entre os campos de experiências	052
4 Objetivos da Educação Infantil a partir da BNCC	054
5 Organização da Educação Infantil no documento curricular.....	058
6 Transição da Educação Infantil ao longo da etapa	063
- Ensino Fundamental	103
- Língua Portuguesa.....	104
- Educação Física	216
- Arte	252
- Língua Inglesa	302
- Matemática	328
- Ciências	386
- Geografia	414
- História	455
- Ensino Religioso	488
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	506
7 APÊNDICE	514

INTRODUÇÃO

O Currículo de Altos constitui-se documento elaborado a partir do Currículo do Piauí e tem por base os (PIAUÍ, 2019),

fundamentos educacionais consagrados na Constituição Federal do Brasil (CF/1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n 9394/96), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs/1998), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs/2013), Plano Nacional de Educação (Meta 07) (PNE/2014), no Plano de Estadual de Educação (PEE/2015), e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/ 2017), Resolução CEE/ PINº 111/2018.

Com o objetivo de implementar a Base Nacional Curricular Comum - BNCC no currículo municipal e de atualizar os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas da Rede Municipal de Ensino de Altos, evidencia-se que este documento também resulta de responder às demandas da sociedade e do mundo atual e das lutas sociais pelas quais a sociedade tem conquistado. As demandas sociais a custo de muitas lutas, às vezes, resultam em conquistas especialmente dos menos favorecidos e excluídos historicamente e devem estar presentes na educação promovendo “um sistema de educação pública inclusiva com qualidade, equidade e que oportunize formação e transformação social diversificadas, que garanta o direito a aprendizagem a todos os piauienses” PIAUI, 2019.

O Currículo de Altos foi construído a muitas mãos. É um documento democrático e a participação de todos resultou no

processo de construção instruído por meio da Resolução/MEC nº 2, de 22 de dezembro de 2017, e representou um diálogo permanente entre o Estado e os municípios numa atitude constante de colaboração representada pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí – SEDUC, União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, para isto foram realizadas reuniões com os secretários e técnicos municipais de educação esclarecendo a necessidade da construção curricular e a metodologia a ser utilizada neste processo.(PIAUÍ, 2019).

Conforme ressalta o Currículo do Piauí foram realizadas Conferências Estaduais e Municipais de Educação, consultas públicas e encontros presenciais com professores de todas as redes de ensino para discussão do currículo, análise e sistematização das contribuições recebidas.

Salientamos que o Currículo de Altos também servirá de base para a construção das propostas curriculares das diferentes modalidades de ensino

1 - Em momento pós-textual deste Documento, apresentamos a relação dos municípios que fizeram adesão ao regime de colaboração.

2 - Vide Portaria MEC nº 331, de 5 de abril de 2018. Essa pactuação assegurou que os municípios dedicassem tempo e esforço para participar do processo de construção conjunta do referido documento, sabendo da sua importância para nortear e implementar futuras políticas pedagógicas, mediante critérios objetivos previamente definidos e de conhecimento público.



(Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo)³ e apoia-se na concepção de educação integral, ao considerar os sujeitos em sua integralidade, promovendo o seu desenvolvimento em todas as suas dimensões: intelectual, socioemocional, física e cultural. Nesse sentido, o foco é o desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores), a serem trabalhadas pelas instituições escolares e apropriadas pelos estudantes ao longo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Essa ação integral, articulada com as demandas de aprendizagens trazidas pela sociedade contemporânea, pressupõe que os estudantes possam questionar e adquirir progressivamente conhecimentos sobre si, sobre o outro e sobre o mundo, e participem das decisões coletivas da sua comunidade. Para tanto, são necessárias metodologias ativas, bem como a superação da fragmentação disciplinar por meio da integração entre os diversos componentes curriculares.

2 CENÁRIO EDUCACIONAL ALTOENSE: EDUCAÇÃO, CONTEXTOS E DIÁLOGOS

Neste capítulo, evidenciam-se alguns aspectos do município de Altos que são essenciais para a compreensão do cenário em que o presente currículo está inserido.

2.1 Altos na História: passado e presente

O início do povoamento das terras abrangidas pelo atual município de Altos data de 1800, quando João de Paiva Oliveira, vindo do Ceará, fixou residência em terras denominada de São José dos Altos. A palavra altos no nome refere-se ao relevo do local cheios de morros. Seus descendentes, ocuparam os lugares denominados Alto-Franco, Alto da Casa Nova e Alto de João de Paiva, posteriormente, chamados Altos de João de Paiva.

Em 1891, o Capitão Francisco Raulino se estabeleceu com a primeira loja de tecidos nacionais e estrangeiros e outras mercadorias, iniciando também, a exportação de matéria . Nessa época, o Povoado contava com 9 casas cobertas de palha e em 1901, foi iniciada a construção da Igreja de São José.

Elevado à categoria de município com a denominação de Altos, pela lei estadual nº 1401, de 18-07-1922, a cidade de foi instalada em 12 de outubro de 1922.

O município possui uma área total de 957,654 km² e sua população foi estimada



em 40.524 habitantes (2019), onde cerca de 70,55% das pessoas estão na zona urbana conforme dados do IBGE de 2019 e densidade demográfica de 40,54 hab/km² [2010]. Os limites do município são ao norte, José de Freitas, a nordeste Campo Maior, a leste Coivaras, a sudeste Alto Longá, a sul Pau D'Arco do Piauí e a oeste Teresina.

A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 05 o 02'17" de latitude sul e 42 o 27'36" de longitude oeste e dista 37 km da capital Teresina.

Do início do seu povoamento, o município passa por períodos de desenvolvimento sempre atrelados a seus governantes, que sem desenvolvimento industrial ou comercial movimentaram os recursos municipais, estaduais e federais para gerir o seu crescimento.

O município de Altos faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina – RIDE e da Região Geográfica Imediata de Teresina juntamente com outros 14 municípios mais a capital do estado Teresina. A RIDE é uma região integrada de desenvolvimento econômico, criada pela lei complementar nº 112, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.367, de 9 de setembro de 2002.

A atuação da RIDE abrange as principais áreas de desenvolvimento das cidades, incluindo infraestrutura, geração de emprego e capacitação profissional, saneamento básico (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e serviço de limpeza pública), uso e ocupação do solo.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Altos é 0,614, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,767, seguida de Renda, com índice de 0,590, e de Educação, com índice de 0,512.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Altos - PI

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,119	0,233	0,512
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	12,19	17,98	37,53
% de 5 a 6 anos na escola	28,85	65,34	91,70
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SÉRIADO ou com fundamental completo	10,66	20,86	80,77
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	2,84	15,07	42,10
% de 18 a 20 anos com médio completo	4,70	4,62	24,86
IDHM Longevidade	0,611	0,672	0,767
Esperança de vida ao nascer	61,64	65,30	71,03
IDHM Renda	0,434	0,487	0,590
Renda per capita	119,00	165,75	314,48

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Evolução do IDHM

Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,424 em 2000 para 0,614 em 2010 - uma taxa de crescimento de 44,81%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 67,01% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,279), seguida por Renda e por Longevidade.

Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,316 em 1991 para 0,424 em 2000 - uma taxa de crescimento de 34,18%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 84,21% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,114), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2010

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,316, em 1991, para 0,614, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,362 para 0,646. Isso implica em uma taxa de crescimento de 94,30% para o município e 78% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 56,43% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,393), seguida por Renda e

por Longevidade. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Em 2010, 72,73% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 49,08% e, em 1991, 56,52%.

Educação

Crianças e Jovens

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 91,70%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 80,77%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 42,10%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 24,86%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 62,85 pontos percentuais, 70,11 pontos percentuais, 39,26 pontos percentuais e 20,16 pontos percentuais.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 4,80% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 1,41% e, em 1991, 0,38%.

Expectativa de Anos de Estudo

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 6,07 anos para 9,35 anos, no município, enquanto na UF passou de 6,68 anos para 9,23 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 5,96 anos, no município, e de 5,89 anos, na UF.

População Adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 17,98% para 37,53%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na



UF. Em 1991, os percentuais eram de 12,19% ,no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 33,50% eram analfabetos, 31,02% tinham o ensino fundamental completo, 20,32% possuíam o ensino médio completo e 4,47%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Nos aspectos naturais Altos abriga em seu território a Floresta Nacional (Flona) de Palmares que é uma unidade de conservação (UC) federal de uso sustentável criada em fevereiro de 2005. Com área de 170 hectares. É a primeira e única unidade de conservação de uso sustentável na categoria de Floresta Nacional, como também a única flona do Piauí.

Aspectos naturais

Matrículas 1º ano	561 estudantes	PI: 40.236Brasil: 1.913.559
Matrículas 2º ano	573 estudantes	PI: 41.165Brasil: 1.925.955
Matrículas 3º ano	732 estudantes	PI: 49.239Brasil: 2.180.746
Matrículas 4º ano	750 estudantes	PI: 50.239Brasil: 2.145.670
Matrículas 5º ano	655 estudantes	PI: 47.966Brasil: 2.118.116
Matrículas 6º ano	498 estudantes	PI: 45.618Brasil: 1.554.619
Matrículas 7º ano	403 estudantes	PI: 38.524Brasil: 1.366.362
Matrículas 8º ano	341 estudantes	PI: 32.207Brasil: 1.182.094
Matrículas 9º ano	293 estudantes	
	Total	

Taxas de Rendimento (2018)

Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	7,0% 228 reprovações	1,0% 32 abandonos	92,1% 3.012 aprovações
Anos Finais	8,2% 127 reprovações	1,4% 23 abandonos	90,3% 1.387 aprovações

Essa modernização, vista sob a ótica da dimensão política, deveria conferir ao aparelho estatal as condições necessárias para atender as demandas sociais de

Trata-se de um modelo que preconizou uma nova conformação administrativa do espaço geográfico do estado, reorganizando-o em 28 aglomerados, **3** Macrorregiões e 11 Territórios de desenvolvimento.

Esse modelo de governança e gestão foi estruturado considerando as

características ambientais, vocações produtivas e dinamismo das regiões, além das relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre as cidades de cada território; regionalização político-administrativa e melhor malha viária existente. Tal modelo tinha como propósito reduzir as desigualdades e propiciar a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas e ações da regionalização do orçamento.

Em dez anos, segundo dados do IBGE, o Piauí progrediu muito nas diferentes áreas, mas foi na educação que se observou um movimento mais importante, alcançando e superando a meta proposta pelo estado para o IDEB tanto nos anos iniciais quanto nos finais do Ensino Fundamental. Em relação ao Ensino Médio, o Piauí deixou um desconfortável 24º para o 16º lugar no ranking global do Brasil. Em 2007, segundo este mesmo levantamento, o Piauí figurava na 7ª posição entre os estados da região Nordeste, saltando em 2017 para a 4ª posição. Ainda em relação a esse nível de escolaridade, a meta é avançar no número de matrículas, reduzir drasticamente a evasão e aumentar de forma progressiva e sustentável o número de escolas com resultados acima das metas estabelecidas pelo MEC, atingindo no menor tempo possível o topo dessa pirâmide, superando estados como o Ceará e Pernambuco, atualmente com os melhores índices.

Nessa perspectiva, os esforços estão orientados no sentido de fazer crescer nosso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, para tanto, o Piauí está desenvolvendo ações que aumentem o acesso, a permanência e o aprendizado de quem precisa e deve estudar. Assim, a meta é a construção de um Currículo que respeite a diversidade e assegure o direito às diferenças dos alunos, em suas distintas realidades e em consonância com as orientações da BNCC, homologada em 2017.

Com essa combinação de ações, espera-se alcançar a tão sonhada educação de qualidade, garantindo também uma formação voltada para o mundo do trabalho e para os direitos humanos, aumentando as vagas na Educação de Jovens e Adultos, flexibilizando o currículo, diversificando o ensino, para também atender aos povos indígenas, quilombolas, ciganos e às pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, a fim de garantir a todos o direito de aprender.

2.2 Contexto educacional do território piauiense

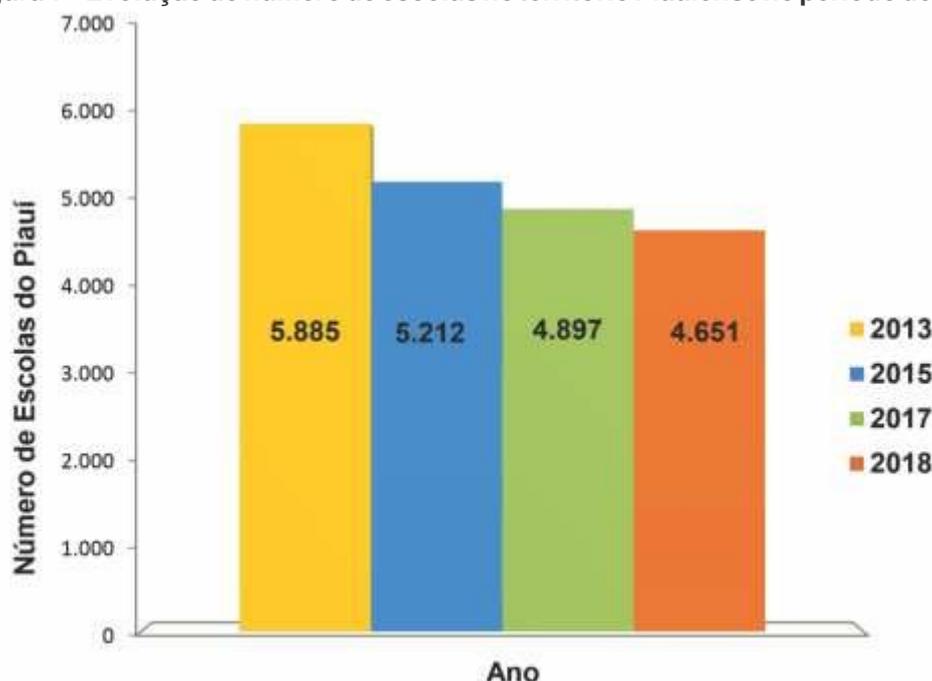
De acordo com o Censo Escolar (2018), o Brasil possui, atualmente, 181.939 escolas de Educação Básica. Deste total, 4.651 estão no Piauí,

correspondendo a rede pública e privada e distribuídas em áreas urbanas e rurais, sendo a maioria (51,34%) localizada na zona urbana (CENSO ESCOLAR/ INEP, 2018).

Os estudantes atendidos por essas escolas são 64,3% do gênero masculino e 35,7% do gênero feminino, destes 9,2% se declaram brancos, 3,8% pretos, 59,2% pardos, 0,7% amarelos e 0,3% indígena, os 27% restantes não declararam pertencer a nenhuma etnia. Os que residem na zona rural estão distribuídos em áreas de assentamento (1,4%), áreas remanescentes de quilombos (0,7%), unidades de uso sustentável (0,1%) e unidades de uso sustentável área remanescente de quilombos (CENSO ESCOLAR/ INEP, 2018).

Na Figura 1, consta o número de escolas no Piauí, considerando a rede Pública e Privada e das áreas urbanas e rurais, nos anos de 2013, 2015, 2017 e 2018.

Figura 1 – Evolução do número de escolas no território Piauiense no período de 2013 a 2018



Fonte: Censo Escolar/INEP

Analisando a Figura 1, é possível observar que o número de escolas vem decrescendo no Estado. Comportamento semelhante é observado quando se analisa o acesso de crianças em pré-escolas e em escolas de Ensino Fundamental no mesmo período (Tabela1).

TABELA 1. Número de alunos matriculados em creches, pré-escolas e Ensino Fundamental no Piauí

ETAPA	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS			
	2013	2015	2017	2018
Creches	36.220	38.971	47.055	51.263
Pré-escolas	100.562	95.377	92.420	92.099
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	296.493	287.475	278.238	272.639
Ensino Fundamental - Anos Finais	236.550	219.251	210.067	207.487

Fonte: Censo Escolar/INEP

Para a Educação Infantil, observa-se um aumento do número de matrículas de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e um decréscimo de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos. Vale ressaltar que, desde 2013, a Educação Infantil passa ser obrigatória a partir dos 4 anos de idade (Lei 12.796/2013). Entretanto, os dados para o Piauí diferem do cenário nacional, uma vez que se observou um aumento na taxa de matrículas na fase da pré-escola. De acordo com a Meta 01 do PNE, é necessário que o mínimo de 50,0% das crianças de 0 a 3 anos frequente creche até o final da vigência do Plano.

Para o Ensino Fundamental (Tabela 01), os resultados contrastam com a primeira etapa da Meta 2 do Plano Nacional de Educação – PNE, lei nº 13/005-2014, que garante a universalização do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos. Ressalta-se ainda que as desigualdades de raça/cor, renda e regionais também são fatores que dificultam a universalização do Ensino Fundamental no país (PNAD, 2018).

É válido ressaltar que tão importante quanto garantir o acesso de crianças, adolescentes e jovens nas escolas é assegurar sua permanência com êxito, haja vista que, ao final do ano letivo, o aluno matriculado pode ser reprovado, aprovado e ainda no percurso pode evadir da escola. E é o somatório dessas três situações que define a taxa de rendimento escolar, conforme demonstram as Tabela 2 e 3, referentes aos anos de 2013, 2015 e 2017 para o estado do Piauí.

TABELA 2. Taxa de rendimento das escolas do Piauí

ETAPA	2013			2015			2017		
	RE	AB	AP	RE	AB	AP	RE	AB	AP
EF – AI	8,3%	1,1%	90,6%	10,1%	1,4%	88,5%	9,8%	1,8%	88,4%
EF – AF	1,1%	3,3%	85,8%	12,5%	4,0%	83,5%	14,7%	4,2%	81,1%

EF-AI – Ensino Fundamental anos Iniciais. EF-AF – Ensino Fundamental anos Finais. RE – Reprovação. AP – Aprovação. AB – Abandono. RE – Reprovação
Fonte: Censo Escolar/INEP

TABELA 3. Distorção idade-Série nas escolas do Piauí

ANO	EF – ANOS INICIAIS	EF- ANOS FINAIS
2010	31%	40%
2011	29%	40%
2012	27%	39%
2013	26%	39%
2014	24%	38%
2015	22%	37%
2016	21%	36%
2017	20%	35%
2018	18%	33%

EF – Ensino Fundamental.
Fonte: Censo Escolar/INEP.

Os dados da Tabela 3 contrastam com a Meta 2 do Plano Nacional de Educação – PNE, lei nº 13/005-2014, que garante a universalização do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e assegura que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE. Percebe-se também, que mesmo não alcançando a meta, houve uma diminuição desta distorção no período analisado.

Ainda no tocante à educação, pode-se lançar mão de variáveis mais específicas, tais como: o SAEB e o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Sendo estes relevantes para avaliar a qualidade de ensino das escolas do País, e utilizados como parâmetros norteadores de suas ações pedagógicas.

Considerando os resultados da Prova Brasil no ano de 2017 no Piauí, somente 42% dos alunos (18.128 alunos) da Rede Pública de ensino desenvolveram adequadamente a competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano, e 26%

até o 9º ano. Com relação ao ensino de Matemática, os dados são ainda mais preocupantes, somente 30% dos estudantes conseguem aprender adequadamente a competência resolução de problemas até o 5º ano e 12% até o 9º ano.

Quanto ao IDEB, a Tabela 4 mostra a evolução do referido índice no período de 2007 a 2017 do Piauí, a meta para o Estado do Piauí no período e a comparação com o IDEB nacional.

TABELA 4. Evolução do IDEB de 2007 a 2017 no Piauí e o Brasil para o Ensino Fundamental

ANO	EF – ANOS INICIAIS			EF – ANOS FINAIS		
	PI	BR	META (PI)	PI	BR	META(PI)
2007	3,3	4,0	2,7	3,2	3,5	2,8
2009	3,8	4,4	3,0	3,5	3,7	2,9
2011	4,1	4,7	3,4	3,6	3,9	3,2
2013	4,1	4,9	3,7	3,6	4,0	3,6
2015	4,6	5,3	4,0	3,9	4,2	4,0
2017	5,0	5,5	4,3	4,2	4,4	4,2

EF – Ensino Fundamental.
 Fonte: Censo Escolar/INEP

No período analisado (2007-2017), o Piauí alcançou índices abaixo da média Nacional, entretanto, superou a meta para o estado em todo o período nos anos iniciais e o mesmo vem acontecendo nos anos finais desde 2013, porém, ainda não alcançou 6,0.

O IDEB, assim como outros indicadores educacionais, mantém uma correlação direta com o Indicador de Nível Socioeconômico das escolas de Educação Básica (InSE) – uma vez que, quanto maior o InSE, maior o IDEB (PNAD contínua 2018). Portanto, o que é feito na escola e avaliado, quer internamente ou externamente reflete diretamente na qualidade de vida e no desenvolvimento econômico e social de uma população.

Importante destacar também que, de acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2018), o Estado do Piauí possui atualmente Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) médio igual a 0,646 pontos, superando apenas os Estados do Maranhão e Alagoas. Em relação ao IDH, este é



calculado considerando indicadores de renda, saúde e educação.

Assim sendo, acredita-se que uma educação de qualidade, que tem como base o desenvolvimento de competências e habilidades e que promova aprendizagem significativa, contribui para a emancipação e melhoria na qualidade de vida dos cidadãos piauienses.

Além de considerar as características do sistema educacional piauiense, deve-se pensar em um currículo para este território, levando em conta que o estudante do século XXI tem características próprias, fazendo uso de recursos tecnológicos modernos para acessar, divulgar e produzir informações a todo momento.

2.3 CURRÍCULO DE ALTOS

Com o objetivo de implementar a Base Nacional Curricular Comum - BNCC no currículo municipal e de atualizar os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas da Rede Municipal de Ensino de Altos, evidencia-se que o documento também resulta de responder às demandas da sociedade e do mundo atual e das lutas sociais pelas quais a sociedade tem conquistado. As demandas sociais a custo de muitas lutas, às vezes, resultam em conquistas especialmente dos menos favorecidos e excluídos historicamente e devem estar presentes na educação promovendo “um sistema de educação pública inclusiva com qualidade, equidade e que oportunize formação e transformação social diversificadas e que garanta o direito a aprendizagem a todos os piauienses” (PIAUI, 2019).

O Currículo de Altos se reveste de especial importância no tocante às Ciências Humanas nos componentes curriculares de História e Geografia ao inserir nas habilidades e objetos de conhecimento o estudo do município de Altos em todos os anos do Ensino Fundamental, articulados com os objetos de conhecimentos previstos no Currículo do Piauí. Como isso espera-se o desenvolvimento de habilidades e que aprimorem a capacidade dos estudantes altoenses de pensarem diferentes culturas e sociedades, em seus tempos históricos, territórios e paisagens e também que os levem a refletir sobre sua inserção singular e responsável na história da sua família, comunidade, nação e mundo. O estudo do município favorece a compreensão de que,

O raciocínio espaço-temporal baseia-se na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica. A capacidade de identificação dessa circunstância impõe-se como condição para que o ser humano compreenda, interprete e avalie os significados das ações realizadas no passado ou no presente, o que o torna responsável tanto pelo saber produzido quanto pelo controle dos fenômenos naturais e históricos dos quais é agente. BNCC, P. 353.

Outro diferencial do Currículo de Altos é com relação ao componente curricular Língua Inglesa, pertencente a área de Linguagens. No Currículo do Piauí é introduzido a partir do 6º ano e no Currículo de Altos a partir do 4º ano, por se entender que o contato precoce implementado no currículo do Ensino Fundamental I garante a aprendizagem de um idioma na formação de base do estudante, para o enriquecimento de sua personalidade, de seu desenvolvimento afetivo, social e profissional, e abre também caminho para o diálogo com culturas.

Ainda sobre línguas estrangeiras o Currículo de Altos implementa o componente curricular Espanhol nos 8º e 9º anos alargando a possibilidade dos estudantes de conhecer outras culturas.

O Currículo de Altos é um documento democrático e a participação de todos resultou no

processo de construção instruído por meio da Resolução/MEC nº 2, de 22 de dezembro de 2017, e representou um diálogo permanente entre o Estado e os municípios numa atitude constante de colaboração representada pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí – SEDUC, União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, para isto foram realizadas reuniões com os secretários e técnicos municipais de educação esclarecendo a necessidade da construção curricular e a metodologia a ser utilizada neste processo. (PIAUÍ, 2019).

Conforme ressalta o Currículo do Piauí foram realizadas Conferências Estaduais e Municipais de Educação, consultas públicas e encontros presenciais com professores de todas as redes de ensino para discussão do currículo, análise e sistematização das contribuições recebidas. Salientamos que o Currículo de Altos também servirá de base para a construção das propostas curriculares das diferentes modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo) e apoia-se na concepção de educação integral, ao considerar os sujeitos em sua integralidade, promovendo o seu desenvolvimento em todas as suas dimensões: intelectual, socioemocional, física e cultural.

Nesse sentido, o foco é o desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores), a serem trabalhadas pelas instituições escolares e apropriadas pelos estudantes ao longo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Essa ação integral, articulada com as demandas de aprendizagens trazidas pela sociedade contemporânea, pressupõe que os estudantes possam questionar e adquirir progressivamente conhecimentos sobre si, sobre o outro e sobre o mundo e participem das decisões coletivas da sua comunidade. Para tanto, são necessárias metodologias ativas, bem como a superação da fragmentação disciplinar por meio da integração entre os diversos componentes curriculares.

1. CENÁRIO EDUCACIONAL ALTOENSE: EDUCAÇÃO, CONTEXTOS E DIÁLOGOS



Neste capítulo, evidenciam-se alguns aspectos do município de Altos que são essenciais para a compreensão do cenário em que o presente currículo está inserido.

1.1 Altos na História: passado e presente

O início do povoamento das terras abrangidas pelo atual município de Altos data de 1800, quando João de Paiva Oliveira, vindo do Ceará, se “*arranchou*” no local cercado de pequenos morros chamado de São José dos Altos. A palavra altos no nome refere-se ao relevo do local cheios de morros. Os descendentes de João de Paiva, ocuparam os lugares denominados Alto-Franco, Alto da Casa Nova e Alto de João de Paiva, posteriormente, chamados Altos de João de Paiva.

Em 1891, o Capitão Francisco Raulino se estabeleceu com a primeira loja de tecidos nacionais e estrangeiros e outras mercadorias, iniciando também, o comércio de exportação. Nessa época, o Povoado contava com 9 casas cobertas de palha e em 1901, foi iniciada a construção da primeira Igreja de São José. Elevado à categoria de município com a denominação de Altos, pela lei estadual nº 1401, de 18-07-1922, a cidade foi instalada em 12 de outubro de 1922.

Atualmente o município possui uma área total de 957,654 km² (3 municípios foram desmembrados de sua área inicial: Beneditinhos, Coivaras e Pau D’arco) e sua população foi estimada em 40.524 habitantes (2019), cerca de 70,55% das pessoas estão na zona urbana conforme dados do IBGE de 2019. Sua densidade demográfica é de 40,54 hab/km² [2010]. Os limites do município são ao norte, José de Freitas, a nordeste Campo Maior, a leste Coivaras, a sudeste Alto Longá, a sul Pau D’Arco do Piauí e a oeste Teresina. A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 05 o 02’17” de latitude sul e 42 o 27’36” de longitude oeste e dista 37 km da capital Teresina.

Do início do seu povoamento até agora, o município passa por períodos de desenvolvimento sempre atrelados a seus governantes, sem desenvolvimento industrial ou comercial próprios, movimentam os recursos municipais, estaduais e federais destinados à gestão municipal.

O município de Altos faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina – RIDE e da Região Geográfica Imediata de Teresina juntamente com outros 14 municípios mais a capital do estado, Teresina. A RIDE é uma região integrada de desenvolvimento econômico, criada pela lei complementar nº 112, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.367, de 9 de setembro de 2002.

A atuação da RIDE abrange as principais áreas de desenvolvimento das cidades,

incluindo infraestrutura, geração de emprego e capacitação profissional, saneamento básico (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e serviço de limpeza pública), uso e ocupação do solo.

2.2 Educação e Desenvolvimento Social

2.2.1. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma unidade de medida utilizada para aferir o grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade nos quesitos de educação, saúde e renda. Esse índice norteará a análise dos dados do município e apontará caminhos para as questões educacionais promovidas pela Rede Municipal de Educação de Altos, sob a gestão da Secretaria Municipal de Educação.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Altos é 0,614 (2010), o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,767, seguida de Renda, com índice de 0,590, e de Educação, com índice de 0,512, conforme tabela abaixo:

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Altos - PI

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,119	0,233	0,512
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	12,19	17,98	37,53
% de 5 a 6 anos na escola	28,85	65,34	91,70
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	10,66	20,86	80,77
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	2,84	15,07	42,10
% de 18 a 20 anos com médio completo	4,70	4,62	24,86
IDHM Longevidade	0,611	0,672	0,767
Esperança de vida ao nascer	61,64	65,30	71,03
IDHM Renda	0,434	0,487	0,590
Renda per capita	119,00	165,75	314,48

Fonte: PNUD, Ipea e FJP



Evolução do IDMH

Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de **0,424 em 2000 para 0,614 em 2010** - uma taxa de crescimento de 44,81%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 67,01% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,279), seguida por Renda e por Longevidade.

2.2.2. Educação

No município a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos, na composição do IDH, no período de 1991 a 2010, foi Educação (com crescimento de 0,393), observa-se que a dimensão educação, especialmente o trabalho desenvolvido pela SEMED, tem participação significativa no crescimento do IDHM, revelando a necessidade de elevação da qualidade dos serviços educacionais para a conseqüente elevação da qualidade de vida dos altoenses. Os dados a seguir mostram a análise de crescimento da Educação para o período de 1991 a 2010.

a) Crianças e Jovens

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 91,70%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 80,77%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 42,10%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 24,86%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 62,85 pontos percentuais, 70,11 pontos percentuais, 39,26 pontos percentuais e 20,16 pontos percentuais.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 4,80% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 1,41% e, em 1991, 0,38%.

Expectativa de Anos de Estudo

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 6,07 anos para 9,35 anos, no município, enquanto na UF passou de 6,68 anos para 9,23 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de

5,96 anos, no município, e de 5,89 anos, na UF.

Em 2010, 72,73% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 49,08% e, em 1991, 56,52%.

b) População Adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 17,98% para 37,53%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 12,19% ,no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 33,50% eram analfabetos, 31,02% tinham o ensino fundamental completo, 20,32% possuíam o ensino médio completo e 4,47%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

2.2.3 Rede Municipal de Educação de Altos

O Sistema Municipal de Ensino de Altos foi criado a partir da instituição do Conselho Municipal de Educação da cidade de Altos sob Resolução Nº 090/2009 do Conselho Estadual de Educação do Piauí. O Conselho Municipal de Educação de Altos tem jurisdição para legislar e fiscalizar a Rede Municipal de Ensino e as escolas de Educação Infantil da rede privada do município de Altos.

A Rede Municipal de Ensino é composta pelas Escolas Municipais da Educação Básica. A Rede Municipal abrange 53 escolas e 3 anexos, 428 professores e 6.865 alunos (CENSO 2019). A Rede tem alcançado bons resultados nas provas de larga escala do INEP, conforme mostram os resultados do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica – IDEB.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 2013 – 2017



Índice de Desenvolvimento de Educação Básica – IDEB.

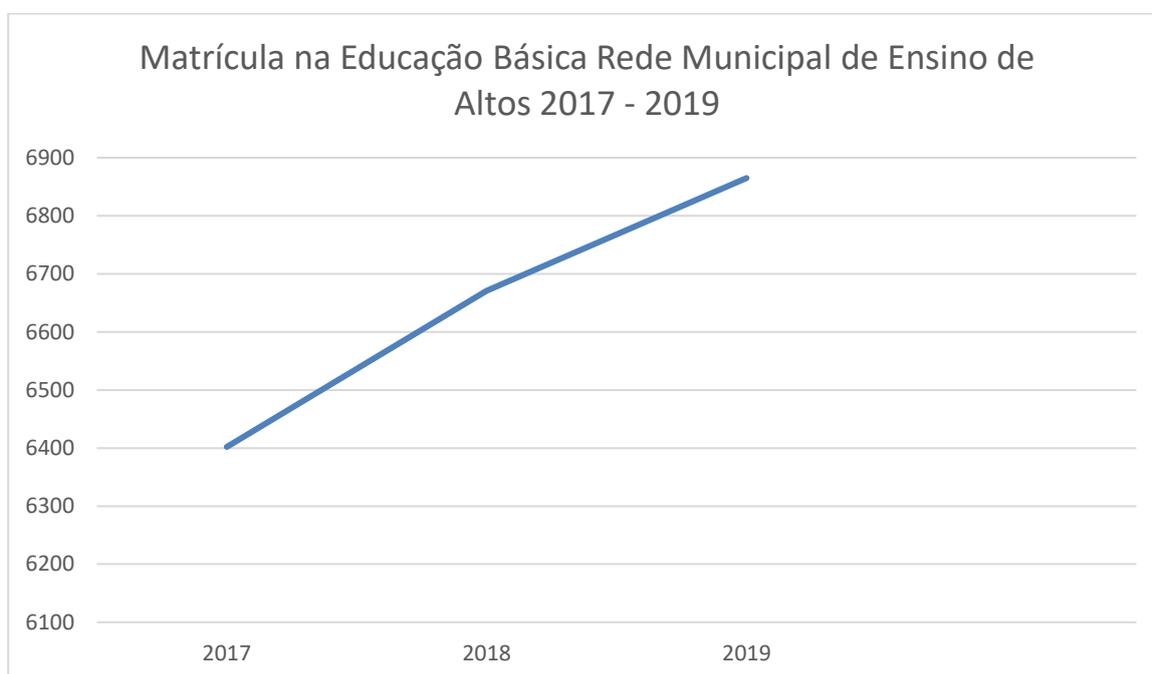
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 2013 – 2020

Ano	5º ano	Meta Projetada	9º ano	Meta projetada	Média municipal	Projetada
2013	4,2	3,7	3,6	4,0	4,2	3,7
2015	4,6	4,0	4,2	4,4	4,6	4,0
2017	5,3	4,3	4,6	4,6	5,3	4,3
2019		4,6		4,9		4,6
2021		5,0		5,1		4,0

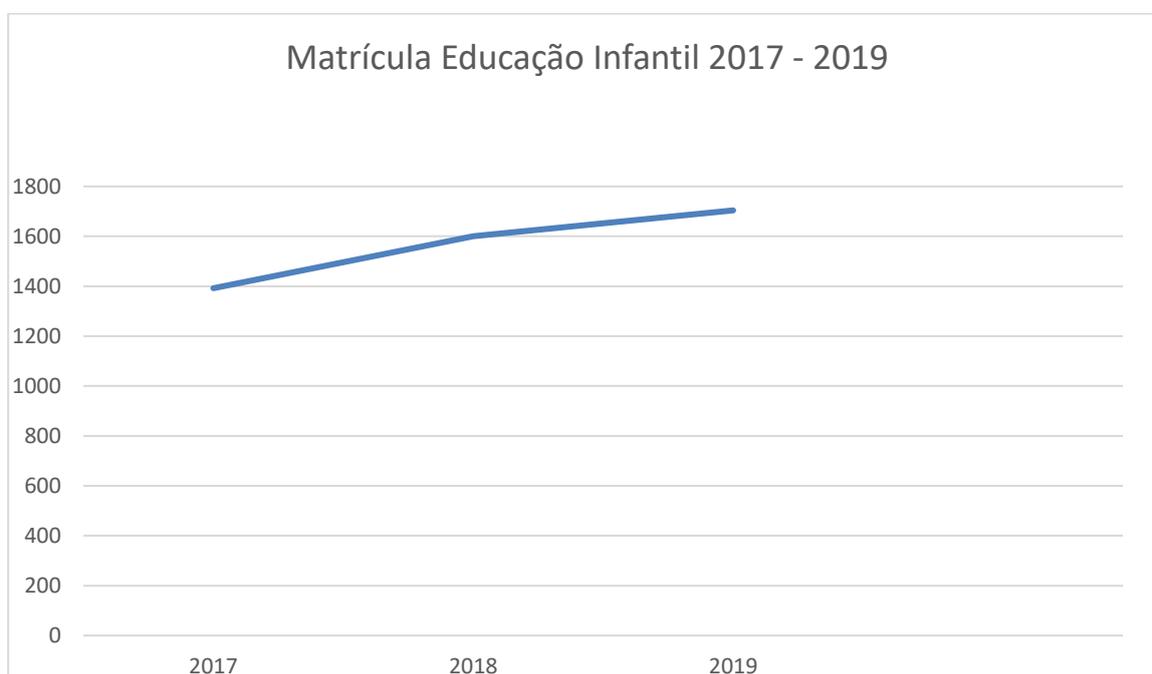
Fonte INEP

A série histórica de 5 anos demonstra a evolução do crescimento qualitativo nos componentes curriculares de Português e matemática avaliados na Prova Brasil nos 5º e 9º anos, ultrapassando em 2017, a projeção para 2021 e consolidando o processo de crescimento da qualidade em 2019.

Esses resultados apontam caminhos para mais investimentos e mais compromissos de melhorias na estrutura física e pedagógica das escolas. Muito ainda precisa ser feito como demonstram outros indicadores, mas a certeza de que estamos avançando a largo passo, apontam que estamos no caminho certo. Para compreensão destes índices e possibilitar o entendimento do crescimento e da importância da Educação para cada família altoense, os dados abaixo apontam para um crescimento do número de matrículas na Educação Básica atendidas pela Rede Municipal de Ensino de Altos.



Esses dados revelam o panorama atual da educação básica no município o que possibilita traçar algumas tendências da área. Ao avaliar a distribuição das matrículas, por ano, percebe-se nitidamente um crescimento geral do número de matrículas de 6,7%, entre 2017 e 2019. Esse crescimento foi decorrente principalmente do aumento de matrículas da Educação Infantil (gráfico).



Rede Municipal de Educação de Altos – Pi Matrícula 2017

Educação Infantil	
Creche	360
Pré-escola	1.032
Total	1.392
Ensino Fundamental	
Anos iniciais	3.294
Anos finais	1.460
Total	4.754
Educação de Jovens e Adultos	256



Total	6.402

Fonte censo INEP

Rede Municipal de Educação de Altos – Pi Matrícula 2018

Educação Infantil	
Creche	552
Pré-escola	1.048
Total	1.600
Ensino Fundamental	
anos iniciais	3.271
anos finais	1.535
Total	4.806
Educação de Jovens e Adultos	
	265
Total	6.671

Fonte censo INEP



Rede Municipal de Educação de Altos – Pi Matrícula 2019

Educação Infantil	
Creche	597
Pré-escola	1.107
Total	1.704
Ensino Fundamental	
anos iniciais	3.136
anos finais	1.813
Total	4.949
Educação de Jovens e Adultos	
Total	212
Total	6.865

Fonte censo INEP

Rede Municipal de Educação de Altos – Pi Taxa de Rendimento Escolar – 2018

Etapa Escolar	Reprovações	Abandono	Aprovações
Ensino Fundamental Anos Iniciais	7,0% 228 reprovações	1,0% 32 abandonos	92,1% 3.012 aprovações
Ensino Fundamental Anos Finais	8,2% 127 reprovações	1,4% 23 abandonos	90,3% 1.387 aprovações

Fonte Inep

Rede Municipal de Educação de Altos – Pi Taxa de Rendimento Escolar – 2018

Outro aspecto importante a ressaltar é a evolução do atendimento à Educação Especial. Os alunos são incluídos nas classes de acordo com a idade cronológica e recebem um acompanhamento, quando necessário, de profissionais de apoio. A Semed instituiu uma supervisão exclusiva de Educação Especial com o objetivo de promover a inclusão de seus estudantes com deficiência nas classes regulares, possibilitando o acompanhamento pedagógico de estudantes e professores como também a formação continuada de docentes e profissionais de apoio. O planejamento é realizado a partir do atendimento individual de cada estudante. Conforme tabela abaixo, as matrículas na Educação Especial cresceram 10,44% de 2017 a 2019.

Matrícula Educação Especial 2017	
Educação Infantil	11
Ensino Fundamental	155
Educação de Jovens e Adultos	14
Total	180

Matrícula Educação Especial 2018	
Educação Infantil	20
Ensino Fundamental	176
Educação de Jovens e Adultos	15
Total	211

Matrícula Educação Especial 2019	
Educação Infantil	29
Ensino Fundamental	187
Educação de Jovens e Adultos	06
Total	222

Fonte INEP

Para a Educação Infantil, observa-se um aumento do número de matrículas de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e um decréscimo de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos. Vale ressaltar que, desde 2013, a Educação Infantil passa ser obrigatória a partir dos 4 anos de idade (Lei 12.796/2013). Entretanto, os dados para o Piauí diferem do cenário nacional, uma vez que se observou um aumento na taxa de matrículas na fase da pré-escola. De acordo com a Meta 01 do PNE, é necessário que o mínimo de 50,0% das crianças de 0 a 3 anos frequente creche até o final da vigência do Plano.

Para o Ensino Fundamental (Tabela 01), os resultados contrastam com a primeira etapa da Meta 2 do Plano Nacional de Educação – PNE, lei nº 13/005-2014, que garante a universalização do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos. Ressalta-se ainda que as desigualdades de raça/cor, renda e regionais também são fatores que dificultam a universalização do Ensino Fundamental no país (PNAD, 2018).

É válido ressaltar que tão importante quanto garantir o acesso de crianças,



adolescentes e jovens nas escolas é assegurar sua permanência com êxito, haja vista que, ao final do ano letivo, o aluno matriculado pode ser reprovado, aprovado e ainda no percurso pode evadir da escola.

3 PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES

Este Currículo está baseado em concepções pedagógicas que primam por uma educação de qualidade em que ensino e aprendizagem, por serem indissociáveis, têm estreita relação com o desenvolvimento pleno do estudante, conforme se discorre nos itens a seguir.

3.1 Educação: Conceito e abordagem

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁴ (LDB, Lei nº 9.394/1996) concebe a educação como um processo formativo que ocorre em diferentes âmbitos de vivência dos sujeitos (familiar, escolar, laboral, social e cultural). Essa concepção aponta para o entendimento da educação não como sinônimo de escolarização, mas de aprendizagens diversificadas e contínuas, que permeiam toda a vida dos indivíduos e dão respostas às suas diferentes questões. A mesma lei, inspirada pela Constituição Federal de 1988 (Art. 205), explicita que, especificamente, nas escolas, a educação tem como objetivo “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Em vigência, e orientadora do Currículo do Piauí, essa concepção ampliada de educação e com foco no desenvolvimento pleno do estudante, pressupõe aprendizagens essenciais a serem mobilizadas e aplicadas nas diferentes esferas da vida. Isso porque estamos imersos em um mundo, descrito por Delors et al. (1997), complexo e constantemente agitado, ao qual cabe à educação fornecer, de algum

4. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 mai. 2019.



modo, os mapas e a bússola que permita aos estudantes navegar através dele. Essa abordagem se alinha com a perspectiva do desenvolvimento de competências, indicada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017), que deve nortear as decisões pedagógicas nacionais no contexto do início do século XXI.

Ressalta-se que a BNCC define competência como “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017, p. 14). Esse documento define dez competências gerais para a Educação Básica, que constituem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes desse nível educacional (vide quadro a seguir):

COMPETÊNCIAS GERAIS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e inventar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ou verbo-visual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.



COMPETÊNCIAS GERAIS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

5. Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao seu projeto de vida pessoal, profissional e social, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.



Esse conjunto de competências contemplam aspectos cognitivos, sociais e afetivos das aprendizagens necessárias aos estudantes contemporâneos, envolvidos e participantes de um mundo dinâmico e plural. Mundo este que solicita a formação de cidadãos engajados e conscientes, capazes de reponder às diferentes questões pessoais e sociais de forma responsável e construtiva, protagonizando, dessa forma, o próprio desenvolvimento multidirecional e colaborando com o desenvolvimento do mundo.

Nesse sentido, ao estipular essas dez competências, a BNCC assume que a educação se trata, sobretudo, de um instrumento de transformação social, que deve contribuir com a evolução humana. Essa postura consolida o entendimento ampliado de educação supramencionado, propondo a desfragmentação do ensino e superando o reducionismo usual que prioriza o aspecto cognitivo da aprendizagem, em detrimento de suas demais dimensões (emocionais, orgânicas, psicossociais e culturais) e que são equitativamente indispensáveis para o desenvolvimento humano global. Sob essa perspectiva, o Currículo do Piauí alinha-se ao entendimento da BNCC (BRASIL, 2017) no sentido de conceber o indivíduo em sua completude e, portanto, adota a abordagem integral como base dos processos educativos.

3.1.1 Educação Integral

Educação integral refere-se a uma concepção contemporânea de educação caracterizada, sobretudo, pela busca do desenvolvimento, de forma equilibrada, de todas as potencialidades do estudante. Na BNCC (BRASIL, 2017, p. 14), o conceito de educação integral consiste em: “construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea”, ou seja, trata-se de uma formação para a vida toda e como um todo, em um mundo de mudanças.

Nesse sentido, o processo de educação integral pressupõe um olhar completo sobre o educando e, portanto, considera que, para além da aprendizagem do conhecimento, faz-se necessária sua mobilização, aplicação, compartilhamento e participação, ou seja, sua efetiva vivência. Assim, outras dimensões da aprendizagem – culturais, sociais, afetiva, emocionais, etc. - outrora esquecidas ou tidas como consequência do desenvolvimento cognitivo, tornam-se objeto de atenção do ensino.

Essa perspectiva educacional está associada aos quatros pilares da



educação definidos pela UNESCO, por meio de sua Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, como elementos indispensáveis para que a educação possa efetivamente cumprir com suas missões fundamentais na contemporaneidade. Estes pilares são: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver Juntos (aprender a viver com os outros) e Aprender a Ser, que devem basear a educação ao longo da vida, além de inspirar e orientar reformas educativas.

Em suma, **Aprender a Conhecer** consiste no domínio dos instrumentos do conhecimento que objetiva, sobretudo, a compreensão do mundo circundante. Aprender a Fazer, indissociável de aprender a conhecer, se refere, em última instância, a por em prática os conhecimentos aprendidos. **Aprender a Viver Juntos** se refere à valorização, cooperação e respeito mútuo, bem como à dissolução dos conflitos entre humanos, evitando-os ou resolvendo-os de forma pacífica. Esta competência envolve a descoberta progressiva de si e do outro e a participação em projetos comuns ao longo da vida. **Aprender a ser** diz respeito à realização completa da pessoa, isto é, o desenvolvimento do corpo, espírito, inteligência e sensibilidade, de forma a que seja autônoma e crítica o suficiente para agir nas diferentes circunstâncias da vida com responsabilidade e justiça (DELORS et al., 1997).

Nesse sentido, ao adotar a educação integral como processo norteador de seu Currículo, o Piauí busca responder às novas e complexas demandas do mundo contemporâneo que exige dos indivíduos cada vez mais autonomia, atitudes e valores para resolver problemas, tomar decisões e fazer escolhas. Além disso, demanda proatividade para identificar desafios e buscar soluções – o que significa saber se comunicar, criar, realizar análises críticas, participar e colaborar em atividades coletivas, ser responsável e resiliente, relacionar-se consigo mesmo e com os outros, ou seja a capacidade de conviver, respeitar e aprender com as diferenças e as diversidades.

Isso significa que a educação passa a ter objetivos mais amplos de desenvolvimento e aprendizagem que incluem as diferentes competências, fundamentais para se trabalhar e conviver nos dias atuais. Em conformidade com a BNCC (2017), essas novas competências ganharam força nos últimos anos após o reconhecimento de que a administração das próprias emoções e decisões impacta positivamente no aprendizado e no comportamento dos alunos e têm forte influência na sua vida presente e futura, uma vez que promove sua autonomia e suas potencialidades.



Cabe esclarecer que a educação integral não se trata de uma modalidade de ensino, mas de um novo paradigma, mais alinhado com o que se entende hoje por educação, ensino e aprendizagem. Assim, este modelo educacional tem caráter contínuo, ou seja, abrange as diferentes fases da vida e integra diversos espaços, tempos e agentes (PEREIRA, 2019), pode – e deve – ser desenvolvido em diferentes jornadas escolares como de quatro, sete ou nove horas, jornada ampliada ou em tempo integral.

3.1.2 Princípios da educação no território piauiense

Considerando o conceito e o modelo de educação, apresentados anteriormente, adotados pelo Currículo do Piauí, os princípios fundamentais da educação no território piauiense consistem em:

- * Aquisição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores por meio do aprender a aprender, da relação dialética do ser humano com a sociedade e da conexão e colaboração entre sujeito construtor do conhecimento e objeto a ser conhecido;

- * Desenvolvimento articulado de competências intelectuais, socioemocionais, físicas e culturais, que levam à superação de situações e problemas com vistas à formação plena dos estudantes (MORIN, 2001);

- * Mediação do professor, responsável por planejar e implementar estratégias pedagógicas eficazes para o processo de educação integral dos alunos;

- * Formação de indivíduos autônomos, conscientes e críticos, por meio da troca de informações e experiências que possibilitem o desenvolvimento de competências necessárias para a vida e vivência plena da cidadania, envolvendo a formação de valores como solidariedade, honestidade, respeito e responsabilidade.

- * Garantia da equidade e qualidade da educação e do direito de aprender;

- * Aprendizagem significativa para a vida dos estudantes, considerando o conhecimento prévio que trazem consigo, sua prática social e seu potencial de aprender (MARCHIORSTO, 2013)

Sob essa perspectiva, o Currículo do Piauí assume um importante e desafiador compromisso: propiciar a todos os estudantes desse nível educacional uma experiência global em seu processo de formação. E isso só será possível se as aprendizagens dos estudantes forem levadas em consideração, no sentido de que



ensino e aprendizagem caminhem na mesma direção, pois só assim, o conceito de educação integral pode, de fato, se efetivar.

3.2 Ensino e Aprendizagem

A implantação de um currículo, com foco no desenvolvimento pleno dos estudantes, pressupõe a incorporação de princípios coerentes com a concepção de educação integral, já discutida neste texto. E, ainda, ao estabelecer competências e habilidades que os alunos deverão desenvolver, a BNCC (2017) exige dos educadores um planejamento pensado coletivamente, com vistas à garantia dos direitos de aprendizagem às crianças e aos jovens.

Neste sentido, a concepção de aprendizagem utilizada neste documento está baseada no princípio de que as aprendizagens dos estudantes devem ser efetivadas, de modo a extrapolar os muros da escola e aconteçam efetivamente. Assim, para que tais aprendizagens possam se efetivar, é preciso que as escolas criem as condições necessárias para isso, e os pais acompanhem essas condições promovidas pela escola. Mas, acima de tudo, é preciso que o ensino faça sentido para quem deve aprender, pois, se a concepção de ensino e aprendizagem ainda estiver dissociada de uma carga significativa, é possível que os sujeitos da aprendizagem ainda fiquem presos a um passado que considera uma hierarquia entre quem ensina e quem aprende.

Assim, se a perspectiva do professor é a de quem está “no lugar de quem já sabe” (WEISZ e SANCHEZ, 2009, p. 19), é ele quem definirá “o que é mais fácil e o que é mais difícil para os alunos e quais os caminhos que devem percorrer para realizar as aprendizagens desejadas [...]”, (idem, p. 19). E esse procedimento pedagógico tende a dificultar o processo de aprendizagem, principalmente para aqueles que apresentam mais dificuldade de apreensão de conhecimentos.

Neste cenário, é preciso que a escola assuma uma tripla função, como bem apontam Weisz e Sanchez (2009, p. 36): “levar os alunos a aprender a aprender, dar-lhes os fundamentos acadêmicos e, sem perda de tempo, equalizar as enormes diferenças no repertório de conhecimentos com que eles chegam”. Esse aprender a aprender exige do aprendiz uma certa capacidade de autonomia em relação aos desafios advindos da construção do conhecimento, pois, ainda de acordo com as referidas autoras (idem, p. 35), aprender a aprender “só se torna possível para quem já aprendeu muito sobre muita coisa”.



Sobre essa questão, é válido salientar que o processo de ensino e aprendizagem defendido neste Currículo não tem relação com acúmulo de conhecimentos desconectados da realidade dos estudantes, mas, sim, com o sentido que esse conhecimento tem para quem está aprendendo ou acredita que já aprendeu. Importante ressaltar, ainda, que a aprendizagem precisa contemplar os anseios de quem quer aprender, para que ela realmente seja significativa.

Importante destacar que, nessa perspectiva de aprendizagem, é preciso compreender que aprender significativamente implica em ampliar e reconfigurar ideias já existentes na estrutura mental e com isso ser capaz de relacionar e acessar novos conteúdos (FERNANDES, 2011).

Diante desse contexto, a autora assim descreve a aprendizagem significativa:

[...] a teoria de Ausubel leva em conta a história do sujeito e ressalta o papel dos docentes na proposição de situações que favoreçam a aprendizagem. De acordo com ele, há duas condições para que a aprendizagem significativa ocorra: o conteúdo a ser ensinado deve ser potencialmente revelador e o estudante precisa estar disposto a relacionar o material de maneira consistente e não arbitrária (FERNANDES, 2011, on line).

Isso endossa a tese de que aprendizagem e ensino precisam estar correlacionados e não vistos como caminhos diferentes a serem seguidos, pois se as condições de aprendizagens são criadas, é porque o ensino também passa a fazer sentido. Assim, no contexto escolar, ensinar e aprender devem estar no mesmo nível de importância e, ainda, devem ser avaliados com a mesma seriedade, para que se efetive a concepção de educação integral preconizada na BNCC.

3.3. Avaliação

Avaliar é um processo inerente ao ser humano e se processa nas relações sociais, uma vez que somos avaliados a cada momento nas atitudes e valores. No ambiente educacional, mais especificamente no sistema de ensino, este processo se dá de forma sistemática e compreende três dimensões, conforme capítulo II da Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010:

I– avaliação da aprendizagem, que na sua função **diagnóstica**, liga-se à



aprendizagem, possibilitando o aprendiz a recriar, refazer o que aprendeu criar, propor e, neste contexto aponta para uma avaliação global, que vai além do aspecto quantitativo porque identifica o desenvolvimento da autonomia dos estudantes que é, indissociavelmente ético, social e intelectual. Em nível **operacional** tem como referência o conjunto de habilidades, conhecimentos, princípios e valores que os sujeitos do processo educativo projetam para si de modo integrado e articulado com aqueles princípios e valores definidos para a Educação Básica, redimensionados para cada uma de suas etapas; na Educação Infantil é realizada mediante **acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança**, sem objetivo de promoção, mesmo em se tratando de acesso ao Ensino Fundamental; É de **caráter formativo** no Ensino Fundamental e médio, **predominando o qualitativo sobre o quantitativo e classificatório**, adota uma estratégia de progresso individual e contínuo que favorece o crescimento do educando, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar, sendo organizada de acordo com as regras comuns a essas etapas. (Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 in: BRASI, 2013, p. 76).

II – **avaliação institucional interna e externa** - promovida pelos órgãos superiores dos sistemas educacionais, inclui, entre outros instrumentos, pesquisas, provas, tais como as do SAEB, Prova Brasil, ENEM e outras promovidas por sistemas de ensino de diferentes entes federativos, dados estatísticos, incluindo os resultados que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e/ou que o complementem ou o substituam, e os decorrentes da supervisão e verificações in loco.

III – **avaliação de redes de Educação Básica** - é periódica, feita por órgãos externos às escolas e engloba os resultados da avaliação institucional, que sinalizam para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando. (Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 in: BRASIL, 2013, p.77).

Tomando a avaliação como um processo global, nas três dimensões, citados anteriormente, a proposta de currículo do Piauí considera-a ferramenta necessária para o funcionamento do currículo, seu monitoramento e tomada de decisões. Dessa forma, a avaliação se configura como instrumento potencializador do currículo e como ponto de partida e de chegada do processo de ensino e aprendizagem, e vai além de medir conhecimento e atribuir notas e conceitos, como afirma Haydt (2008), citada por Barbosa (2011):



(...) a avaliação assume dimensões mais amplas. A atividade educativa não tem por meta atribuir notas, mas realizar uma série de objetivos que se traduzem em termos de mudanças de comportamentos dos alunos. E cabe justamente à avaliação verificar em que medida esses objetivos estão realmente sendo alcançadas, para ajudar o aluno a avançar na aprendizagem.

Considerando o exposto, o Currículo do Piauí, para ser implementado com sucesso, terá como norte as avaliações diagnóstica, a contínua e cumulativa, a formativa, de modo que a qualitativa se sobreponha à quantitativa.

3.4 Currículo

O Currículo escolar assume variedade considerável de significados, todos voltados para a finalidade última que é a disponibilização dos conhecimentos sistematizados, ao longo da história da humanidade, para um público específico: os estudantes.

No senso comum, currículo pode ser entendido como relação de objetos de conhecimento de uma proposta pedagógica, a lista de conteúdos disposta no final do livro didático e até mesmo o conjunto de livros didáticos adotados por uma escola em determinado ano. Cientes das concepções presentes no senso comum, reflete-se, neste tópico, sobre a amplitude do significado de currículo, por alguns autores já consagrados.

Conforme Lukesi (2011, p. 88), “os conteúdos escolares pertencem à cultura que nos antecede, como também à cultura contemporânea, com todos os seus elementos componentes: senso comum, ciência, valores estéticos, éticos e religiosos”. Candau (2006) afirma que “o currículo é um conjunto de práticas que proporciona a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, efetivamente, para a construção de identidades sociais e culturais”. Para Sacristán (2013, p.18), “de tudo aquilo que sabemos e que, em tese, pode ser ensinado e aprendido, o currículo é uma seleção organizada dos conteúdos a aprender, os quais, por sua vez, regularão a prática que se desenvolve durante a escolaridade”.

Arroyo (2013, p.13), para quem “o currículo é o núcleo e o espaço central mais estruturante da função da escola”, aponta que este amplo instrumento de seleção, organização e implementação do conhecimento é um território de disputa dos



diversos atores que compõem o território brasileiro. De acordo com o autor:

[...]nas últimas décadas fatos novos postos em nossa dinâmica social vêm reconfigurando as identidades a cultura docente: a presença de movimentos feministas e LGBT avançam nas lutas por igualdades de direitos na diversidade dos territórios sociais, políticos e culturais. O movimento negro luta por espaços negados nos padrões históricos de poder, de justiça, de conhecimento e cultura, assim como os movimentos indígena, quilombola, do campo afirmam direitos à terra, territórios, igualdade, às diferenças, às suas memórias, culturas e identidades e introduzem novas dimensões nas identidades e na cultura docente (ARROYO, 2013, p.11).

Considerando o exposto, além dos movimentos sociais descritos por Arroyo (2013), outros movimentos e instituições buscam impor seus currículos numa disputa constante desses espaços. Tais imposições vêm do mercado nacional e internacional, da religião, das avaliações externas, dos partidos políticos, dos movimentos radicais e conservadores, do próprio público escolar formado, especialmente, pelos professores com seus saberes, além dos estudantes, com suas necessidades e projetos de vida, acrescido das demandas diárias do mundo contemporâneo.

A diversidade e a pluralidade cultural, as disputas pelo currículo aqui descritas têm gerado situações que sufocam os sistemas de ensino imprimindo-lhe mais desafios para inclusão dos sujeitos em um cenário de educação integral.

Além de se configurar como um lugar de disputa, descrito por Arroyo, o currículo se caracteriza também como um espaço de escuta onde a voz de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar ecoa e deve ser considerada para a construção e implementação deste instrumento. Escutar a voz dos corredores, pátios e o entorno da escola é, nas palavras de Chieff, uma necessidade. Incluir os conteúdos gerados por essas vozes ao currículo é um desafio da escola que deve reconhecer este potencial e reverter em objeto de conhecimento a favor de seu projeto pedagógico.

O currículo do Piauí abrange a escolaridade dos estudantes do Ensino Infantil e Fundamental, assegurando-lhe o direito aos conhecimentos historicamente acumulados e, conseqüentemente, ao desenvolvimento integral. De acordo com o artigo 13, parágrafo § 1º da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010:

§ 1º o currículo deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem



democrática, considerando as condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento, a orientação para o trabalho, a promoção de práticas educativas formais e não-formais.

§ 2º Na organização da proposta curricular, deve-se assegurar o entendimento de currículo como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos (BRASIL, 2013, p.76)

Seguindo as orientações da BNCC, o currículo do Piauí é composto pelos componentes da base comum a todo o território nacional e pela parte diversificada, que são os temas integradores. Pelo seu caráter dialógico e flexível, será acrescido das experiências e saberes docentes acumulados historicamente, integrado com as demandas do mundo contemporâneo e articulado com o conjunto das práticas sociais do contexto dos estudantes. Assim, pelo seu caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar o currículo do Piauí faz uma integração com os temas integradores, descritos no próximo tópico.

3.4.1 Integração curricular: temas integradores

A integração curricular é muito importante para o processo de desenvolvimento integral dos estudantes, por isso, a BNCC propõe que haja “uma superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento” (BRASIL, 2017). As 10 competências gerais podem contribuir com esse processo, uma vez que se constituem em objetivos comuns, que precisam ser alcançados de maneira coesa pelos diferentes componentes curriculares, inclusive por meio de ações interdisciplinares.

Para isso acontecer, também é necessário estimular a articulação e aplicação desses saberes, por meio de práticas pedagógicas que tenham como foco temas integradores. Ou seja, questões relacionadas ao exercício da cidadania que, além de dialogar com as habilidades de todos os componentes curriculares nas diferentes etapas da Educação Básica, articulam-se entre si e estimulam o protagonismo e a construção do projeto de vida dos estudantes.

Os temas integradores dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação e que, portanto, intervêm em seus processos de construção de identidade e no modo como interagem



com outras pessoas e se posicionam sobre e no mundo. Versam sobre aspectos relevantes no local, regional e global, tais como: direitos das crianças e adolescentes; educação para o trânsito; educação alimentar e nutricional; preservação do meio ambiente; processo de envelhecimento; respeito e valorização do idoso; saúde; sexualidade; educação em direitos humanos; vida familiar e social; educação para o consumo; educação financeira e fiscal; trabalho, ciência e tecnologia e diversidades, que serão detalhados neste documento.

Pelo seu caráter interdisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar os temas integradores contemplam, portanto, para além dos aspectos acadêmicos, as dimensões socioemocional, física e cultural da educação integral, bem como os princípios políticos, éticos e estéticos que, segundo a LDB, devem orientar a formação dos estudantes.

Têm-se, ainda que a inclusão de questões sociais no currículo escolar não é uma **novidade**. Essas temáticas há muito têm sido discutidas e incorporadas em todas as áreas do conhecimento, mas principalmente nas Ciências Humanas e Sociais, bem como nas Ciências da Natureza, e vem se **consolidando**, em algumas propostas interdisciplinares, através de temáticas integradoras curriculares, como por exemplo, Meio Ambiente e Saúde.

Uma vez aberto a novos temas e buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e dinâmica, o currículo ganha flexibilidade e permite a priorização e contextualização de aprendizagens de acordo com as diferentes realidades locais e regionais.

A definição dos temas integradores priorizados pelo Currículo Piauiense levou em consideração as diversidades regionais, culturais e políticas existentes no estado, no país e no mundo, o texto constitucional e os princípios que orientam a educação escolar. Na BNCC, os temas integradores estão contemplados e distribuídos em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino, às escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada.

Assim, a definição dos critérios para a inclusão dos temas integradores no currículo deve considerar a abrangência, a urgência social, o alinhamento com a Educação Infantil e Ensino Fundamental e o favorecimento à compreensão da realidade e à participação social, conforme descrição a seguir:



Para orientar esse processo de escolha, estabeleceram-se os seguintes critérios:

Abrangência Nacional – Por ser um parâmetro nacional, a eleição dos temas buscou contemplar questões que, em maior ou menor medida e mesmo de formas diversas, fossem pertinentes a todo o País. Isso não exclui a possibilidade e a necessidade de que as redes estaduais e municipais, e mesmo as escolas, acrescentem outros temas relevantes à sua realidade.

Urgência Social – Esse critério indica a preocupação de se priorizarem questões graves, que se apresentam como desafios para o estado e o país.

Alinhamento com a Educação Infantil e, ou Ensino Fundamental – Esse critério norteou a escolha de temas adequados para aprendizagem nessa etapa da escolaridade.

Favorecimento à compreensão da realidade e à participação social – A finalidade última se expressa no critério de desenvolver a capacidade dos estudantes de superar a indiferença e intervir de forma responsável em questões que interferem na vida coletiva.

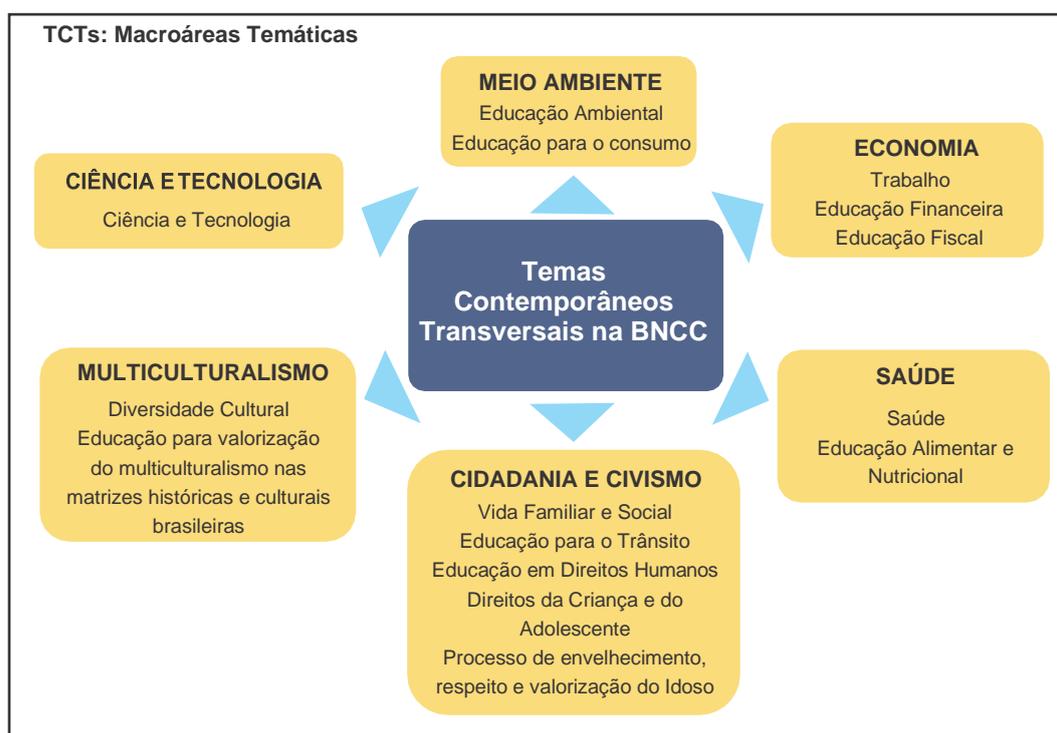
Para promover uma educação integral, é necessário integrar os componentes curriculares, de modo que contemple a diversidade em suas especificidades e faixas etárias. Concordando com Lukesi (2011, p. 89), que se refere ao currículo como “expressão da ciência do presente traduzida para as possibilidades de assimilação dos educandos em suas diversas faixas etárias e em seus diversos níveis de desenvolvimento”, compreendemos que os temas integradores possibilitam a inclusão no currículo de assuntos abrangentes a todos os públicos e faixas etárias e níveis e modalidades de ensino.

As questões integradoras priorizadas pelo Currículo do Piauí receberam o título geral de Temas Integradores, indicando a metodologia que deve orientar a sua inclusão no currículo e seu tratamento didático. As temáticas selecionadas promovem a reflexão ética sobre a liberdade de escolha, questionando a legitimidade de práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume.

De acordo com a BNCC (2017, p. 19-20), dentre os temas integradores destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer

CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004), saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010).

Os temas integradores estão dispostos na BNCC da forma como citado no parágrafo anterior. Só após mudanças feitas para atender às novas demandas sociais e garantir que o espaço escolar seja um espaço cidadão, os Temas Integradores foram ampliados para quinze, mudando também sua terminologia para Temas Contemporâneos transversais (TCTs)⁵, conforme apresentados a seguir:



É importante destacar que estão organizados em seis macroáreas temáticas e redistribuídos de forma que cada tema seja acompanhado pelo Marco legal específico que o instituiu, conforme tabela a seguir:

4 - Conforme o disposto na minuta "Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos" 2019.



Temas Contemporâneos Transversais(TCTs)	Marco Legal
Ciência e Tecnologia	Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 32, Inciso II e Art. 39), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. CF/88, Art. 23 e 24, Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Direitos da Criança e do Adolescente	Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 32, § 5º) e Nº 8.069/1990. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental), e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Diversidade Cultural	Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 26, § 4º e Art. 33), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010.
Educação Alimentar e Nutricional	Lei Nº 11.947/2009. Portaria Interministerial Nº 1.010 de 2006 entre o Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Lei Nº 12.982/2014. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental). Parecer CNE/CEB Nº 05/2011, Resolução CNE/CEB Nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio), Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Educação Ambiental	Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 32, Inciso II), Lei Nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP Nº 14/2012 e Resolução CNE/CP Nº 2/2012. CF/88 (Art. 23, 24 e 225). Lei Nº 6.938/1981 (Art. 2). Decreto Nº 4.281/2002. Lei Nº 12.305/2010 (Art. 8). Lei Nº 9.394/1996 (Art. 26, 32 e 43). Lei Nº 12.187/2009 (Art. 5 e 6). Decreto Nº 2.652/1998 (Art. 4 e 6). Lei Nº 12.852/2013 (Art. 35). Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Carta da Terra. Resolução CONAMA Nº 422/2010. Parecer CNE/CEB Nº 7/2010. Resolução CNE/CEB Nº 04/2010 (Diretrizes Gerais Ed. Básica). Parecer CNE/CEB Nº 05/2011 e Resolução CNE/CEB Nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio). Parecer CNE/CP Nº 08/2012. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental), Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).



Temas Contemporâneos Transversais(TCTs)	Marco Legal
Educação em Direitos Humanos	Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 12, Incisos IX e X; Art. 26, § 9º), Decreto Nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e Resolução CNE/CP Nº 1/2012. Parecer CNE/CEB Nº 05/2011, Resolução CNE/CEB Nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio, Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Educação Financeira	Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Decreto Nº 7.397/2010
Educação Fiscal	Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Portaria Conjunta do Ministério da Fazenda e da Educação, Nº 413, de 31/12/2002
Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras	Artigos 210, 215 (Inciso V) e 206, Constituição Federal de 1988. Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 3, Inciso XII; Art. 26, § 4º, Art. 26-A e Art. 79-B), Nº 10.639/2003, Nº 11.645/2008 e Nº 12.796/2013, Parecer CNE/CP Nº 3/2004, Resolução CNE/CP Nº 1/2004 e Parecer CNE/CEB nº 7/2106.
Educação para o Consumo	Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Proteção do consumidor). Lei Nº 13.186/2015 (Política de Educação para o Consumo Sustentável).
Educação para o Trânsito	Nº 9.503/1997. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental), Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio). Decreto Presidencial de 19/09/2007.
Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do Idoso	Lei Nº 10.741/2003. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental). Parecer CNE/CEB Nº 05/2011, Resolução CNE/CEB Nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio), Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Saúde	Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Decreto Nº 6.286/2007
Trabalho	Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 3, Inciso VI; Art. 27, Inciso III; Art. 28, Inciso III; Art. 35 e 36 – Ensino Médio), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010
Vida Familiar e Social	Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 12, Inciso XI; Art. 13, Inciso VI; Art. 32, Inciso IV e § 6º), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010

Fonte: Brasil (2019b)



4 IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Os sistemas de educação e escolas precisam criar e organizar as condições e os meios adequados para que as aprendizagens previstas no Currículo do Piauí se efetivem. Isso significa promover mudanças nas práticas pedagógicas e no ambiente da escola, bem como em políticas e programas de avaliação, formação de professores, materiais didáticos e infraestrutura escolar.

O Currículo do Piauí deve orientar a construção das propostas pedagógicas das escolas de todo o território piauiense, com vistas à apropriação de novos objetivos e processos de aprendizagem necessários à promoção do desenvolvimento pleno dos estudantes. Há ainda que se compreender a exigência das unidades escolares se sintonizarem com a contemporaneidade, aliando-se aos novos recursos científicos e tecnológicos para tornar possível a garantia dos direitos educativos, sociais e culturais da população piauiense.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), a nova orientação curricular nacional demanda a escolha e utilização de metodologias e estratégias pedagógicas diversificadas, que atendam a diferentes perfis de alunos. Ainda reconhece a necessidade de conceber e fazer uso de situações e procedimentos que motivem e engajem os alunos, inclusive via utilização de recursos tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender.

Também é preciso contextualizar os componentes curriculares e seus conteúdos para tornar o ensino e a aprendizagem mais significativos, pois a contextualização conecta a aprendizagem à realidade do lugar e do tempo em que se situa. Da mesma maneira, a integração dos componentes curriculares fortalece a competência pedagógica das equipes escolares para trabalhar como mais dinamicidade, interação e colaboração.

É importante destacar que o Currículo do Piauí, para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, está aberto para a valorização das práticas pedagógicas mais interativas, norteadas por projetos; estudos orientados; atividades culturais ou esportivas cuidadosamente planejadas pelos professores, inclusive de forma interdisciplinar. O foco na educação integral prescinde, ainda, do compartilhamento de metodologias favoráveis ao aprendizado de competências socioemocionais de forma integrada à aquisição de outras aprendizagens específicas.



Os objetivos de aprendizagem bem como as habilidades, podem e devem ser complementadas, contextualizadas, aprofundadas e ou ampliadas no contexto da escola, bem como, formas de organização interdisciplinar, selecionar metodologias e estratégias, selecionar recurso didáticos e tecnológicos, conceber e por em práticas formas de engajar os estudantes, valorizando as vivências dos grupos sociais, considerando diferentes modalidades de ensino, enriquecendo e vitalizando os currículos com a realidade local, com o chão daquele lugar no qual a escola se insere, especialmente por termos um Estado tão diverso sobre o ponto de vista social, econômico e ambiental, como é o Piauí.

Nessa perspectiva, compreende-se que a implementação do currículo do Piauí, para que seja consistente, necessita de investimento em ações que, primeiro preparem os professores, gestores e estudantes para compreender e, conseqüentemente, pôr em prática o currículo aqui proposto.

Dentre as ações, prioriza-se a formação de professores como o maior desafio, seguido de outros como: desconstruir a resistência que ainda existe entre os professores em manter a ideia de um currículo engessado/estanque, preparando-os para desenvolverem suas práticas conectadas com as mudanças propostas pela dinamicidade do mundo contemporâneo; formar os professores e gestores para o uso das tecnologias modernas, uma vez que a BNCC dá ênfase à cultura digital, ainda não dominada pela maioria dos professores; propor mudanças que superem o ensino pautado na transmissão de conteúdos, adotando um ensino com o foco no desenvolvimento de competências e habilidades proposto pela BNCC; flexibilizar o currículo, de modo a contemplar a diversidade regional e cultural, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades, considerando as modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Escolar Quilombolas, Educação para estudantes em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, Educação de Crianças em Situação de Itinerância, Educação Básica nas escolas do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Básica Especial e Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana), conforme dispõe a Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010.

Considerando os desafios propostos no parágrafo anterior, a BNCC (BRASIL, 2017) expõe decisões que são possibilidades relevantes para a implementação do currículo, que resultam de um processo de envolvimento e



participação das famílias e da comunidade, com o foco no desenvolvimento de competências e habilidades e referem-se, entre outras ações, a:

- * contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas;

- * decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem;

- * selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.;

- * conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens;

- * construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos;

- * selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender; criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem;

- * manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das escolas e sistemas de ensino (BRASIL, 2017, p. 16-17).

Assim, a implementação do Currículo do Piauí reforça a necessidade de formação dos professores, considerando que os papéis destes têm sofrido alterações significativas, passando de meros transmissores de conhecimentos para serem mediadores do processo de ensino-aprendizagem, colocando assim a formação crítica e



de qualidade para os aprendizes como a verdadeira protagonista do cenário educacional, como menciona Freire (2011):

Formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas, e porque não dizer da quase obstinação com quem falo do meu interesse por tudo que diz respeito aos homens e às mulheres, assunto de que saí e a gente volta com o gosto de quem a ele se dá pela primeira vez (FREIRE, 2011, p.16).

Como protagonistas do cenário educacional, os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental precisam desenvolver as competências e habilidades propostas pela BNCC. A Formação Continuada que deve orientar a implementação do Currículo do Piauí para tender este público, alinha-se com o que Nóvoa (1995) coloca como as necessidades dos profissionais, os interesses das escolas em que atuam e as instituições formadoras. Para esse autor, a Formação Continuada passa pela seguinte discussão:

[...] implica a mudança dos professores e das escolas, o que não é possível sem um investimento positivo das experiências inovadoras que já estão no terreno. Caso contrário, desencadeiam-se fenômenos de resistência pessoal e institucional, e provoca-se a passividade de muitos atores educativos. É preciso conjugar a 'lógica da procura (definida pelos professores e pela escola) com a lógica da oferta' (definidas pelas instituições de formação), não esquecendo nunca que a formação é indissociável dos projetos profissionais e organizacionais (NÓVOA, 1995, p. 30-31).

Analisando a proposição de Nóvoa, considera-se a formação de professor como necessária para superar a resistência pessoal e institucional, geralmente presente diante do novo. Há, portanto, necessidade de investimento na formação contínua de todos os sujeitos envolvidos com a educação escolar, de forma especial, o professor.

Nesta perspectiva, é importante considerar que a BNCC tem como principal objetivo assegurar aos estudantes do país o pleno direito de aprender e se desenvolver de forma integral, como cidadãos plenos em seus direitos e deveres civis, através da aquisição de um conjunto fundamental de competências. Para tanto, é importante garantir que esses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores não se desconectem de sua realidade e respeitem sua cultura e diversidade. E isso só será possível, mediante a observação de alguns pilares, a saber:



Diagnóstico

Com o objetivo de melhorar a prática pedagógica, as Secretarias de educação devem realizar um consistente diagnóstico de contexto, devendo considerar: Dimensão da rede; Percentual de docentes por número de escolas em que lecionam; Demanda por atividades de desenvolvimento profissional, como por exemplo, o percentual de docentes que afirmam gostar de determinadas atividades de desenvolvimento e temas como maior necessidade; Cumprimento de 1/3 da hora atividade.

Metodologia

Pilar que visa melhor estruturar o desenho metodológico entre outros aspectos, indicar as estratégias para alcançar os objetivos definidos.

- * A escola como locus principal da formação continuada;
- * A promoção e o estímulo ao trabalho colaborativo entre os professores, por exemplo, por meio da atuação da coordenação pedagógica;
- * A importância de a formação continuada ser específica, isto é, corresponder a demandas reais do professor e com clara relação à sua prática pedagógica;
- * A personalização dos itinerários/roteiros de formação conforme características e demandas específicas dos professores no âmbito de cada Rede, incluindo, por exemplo, ações específicas de formação para professores em estágio probatório;
- * O uso dos resultados dos dados das avaliações de aprendizagem para nortear as ações de formação continuada focadas na melhoria da prática pedagógica do professor;
- * O uso de recursos tecnológicos como um dos meios para oportunizar a formação continuada em todo território e para viabilizar a personalização do itinerário/roteiro da formação e ambientes inovadores de aprendizagem;
- * A formação da gestão escolar e da coordenação pedagógica para apoiar e/ou liderar a implementação das ações de formação continuada na escola.
- * A disponibilização de protocolos de acompanhamento da prática docente para apoiar os coordenadores pedagógicos.



Regime de colaboração

Considerando a necessidade de aprimorar a articulação entre as redes de ensino, no que se refere ao fortalecimento das políticas de formação e um regime de colaboração no âmbito da formação continuada de professores, deve-se considerar:

* A elaboração de diagnósticos frequentes das necessidades de formação dos professores de todas as redes de ensino, com levantamento de indicadores e mapeamento das demandas dos docentes;

* A definição de diretrizes e temáticas importantes para programas/projetos de formação continuada em todo o Piauí.

Monitoramento e avaliação

Para que se obtenham os resultados esperados, é importante que haja um constante monitoramento e avaliação da formação, devendo considerar:

* A construção de um plano de monitoramento e avaliação da política como pilar estruturante dos programas de formação continuada, e não como uma ação a ser pensada apenas após a implementação desses programas;

* A importância de se reconhecer os mecanismos de monitoramento e avaliação como ferramenta de análise dos resultados durante o processo de implementação de uma política de formação, possibilitando, assim, ajustes contínuos desses mecanismos.

Diante do exposto, é válido salientar que a Secretaria de Educação já adota uma política de formação de professores que contempla os pilares descritos acima, o que implica em dizer que, seja de forma presencial em um Centro de formação, no “chão” da escola de atuação dos professores e/ou por meio da modalidade EAD, a formação de professores já é uma realidade do território piauiense, o que muito facilitará o processo de implantação deste Currículo.

Mediante essa realidade, reitera-se que o currículo não se finaliza neste documento, pois os sistemas de ensino, redes e escolas irão discutir e elaborar suas propostas pedagógicas e seus currículos. Lembrando que a proposta pedagógica tem papel complementar que assegura a autonomia das instituições de ensino e garante que as aprendizagens essenciais se consolidem mediante de um conjunto de ações pedagógicas que serão utilizadas para adequação destas orientações à realidade local.



CURRÍCULO DE ALTOS



*Um Marco para a Educação
do nosso Município*

Estrutura da Currícula

Áreas do conhecimento
Componentes curriculares



O currículo do Piauí está em conformidade com os fundamentos pedagógicos apresentados na BNCC (2017) e está estruturado de modo a explicitar as competências que os alunos devem desenvolver ao longo da etapa da Educação Infantil e Ensino Fundamental, em cada componente, como, expressão dos direitos das aprendizagens essenciais, habilidades e objetos de conhecimento para o desenvolvimento de uma educação integral para todos os estudantes.

Em relação à organização dos textos, todos os componentes apresentam uma estrutura básica comum, abordando (dentro de suas especificidades) tópicos semelhantes em contextos diferentes.

Esclarece-se que, quanto ao organizador curricular – no que se refere aos objetos de conhecimento e habilidades –, foi alterada a sequência para adequar os planos de aulas já desenvolvidos pelos professores do Piauí, que iniciam com os objetivos de aprendizagens (habilidades) e depois com os conhecimentos (objeto de conhecimento).

Em síntese, no que se refere aos textos por área do conhecimento e por componentes curriculares, neste documento, segue a seguinte organização estrutural: a Educação Infantil apresenta Direitos de aprendizagem e desenvolvimento; Campos de Experiência; Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

No que se refere ao Ensino Fundamental, todos os textos apresentam, basicamente, os mesmos elementos, sem, entretanto, seguir uma ordem fixa, dentre os quais se destacam: Texto introdutório do componente; Marco Legal; Desafios do ensino do componente; Objetivos do componente a partir da BNCC; Competências específicas do componente; Organização do componente no documento curricular etc.

É importante ainda esclarecer que neste texto utiliza-se a mesma composição dos códigos alfanuméricos descritos na BNCC para identificar as aprendizagens essenciais que foram contextualizadas, complementadas e/ou aprofundadas. Já para identificar novas aprendizagens, acréscimos, alterando a essência descrita na BNCC, utiliza-se o código alfanumérico acrescido da sigla — PI, dando continuidade na sequência do último código da mesma unidade temática.

A título de exemplo, seguem as composições para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, respectivamente, utilizadas neste documento.



A título de exemplo, seguem as composições para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, respectivamente, utilizadas neste documento.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Habilidades acrescidas para o Estado do Piauí

EI02TS01.01PI

O primeiro par de letras indica a etapa de **Educação Infantil**.

O primeiro par de números indica o grupo por faixa etária:
 01 = Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)
 02 = Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)
 03 = Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)

O segundo par de letras indica o **campo de experiências**:
 EO = O eu, o outro e o nós
 CG = Corpo, gestos e movimentos
 TS = Traços, sons, cores e formas
 EF = Escuta, fala, pensamento e imaginação
 ET = Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

O terceiro par de números indica a posição da habilidade na **numeração sequencial** do campo de experiências para cada grupo/faixa etária.

ENSINO FUNDAMENTAL

EF67LP01

O primeiro par de letras indica a etapa de **Ensino Fundamental**.

O primeiro par de números indica o **ano (01 a 09)** a que se refere a habilidade, ou, no caso de Língua Portuguesa, Arte e Educação Física, o **bloco de anos**, como segue:

Língua Portuguesa/Arte
 15 = 1º ao 5º ano
 69 = 6º ano 9º ano

Língua Portuguesa/Educação Física
 12 = 1º e 2º anos
 35 = 3º ano 5º anos
 67 = 6º e 7º anos
 89 = 8º e 9º anos

O segundo par de letras indica o **componente curricular**.
 AR = Arte
 EF = Educação Física
 ER = Ensino Religioso
 GE = Geografia
 HI = História
 LI = Língua Inglesa
 LP = Língua Portuguesa
 MA = Matemática

Esse par de números indica a posição da habilidade na **numeração sequencial** do ano ou do bloco de anos.
 Exemplo: habilidade 01, habilidade 02, habilidade 03.



CURRÍCULO DE ALTOS



Um Marco para a Educação
do nosso Município

Referências Bibliográficas



AGUIAR, Germanine Elshout Aguiar de. O Ensino de Língua Inglesa. Teresina: EDUFPI, 2002.

ALMEIDA, Renato Barros. Concepções de infância e criança em Goiânia sob o olhar da assistência social. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás.

ARIÈS, P. História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

AUSUBEL, David P., NOVAK, Joseph D., HANESIAN, Helen. Psicologia educacional. Tradução Eva Nick. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

ARAÚJO, José Luis Lopes (Org.). Atlas escolar do Piauí: geo-histórico e cultural. João Pessoa: Editora Grafset, 2010.

BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e Mudanças no Ensino da arte. São Paulo: Cortez. 4ª edição, 2008.

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. Educação Infantil. Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 67-79.

BOAL, Augusto Pinto. Jogos para atores e não-atores / Augusto Boal. – 14 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BOECHAT, I. Ensinar é aprender. Mundo Jovem. Fevereiro, 2009.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília, 1996

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). 2. ed. Arte. Ensino Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/ SEF, 1998, vol. 1 – introdução.

_____. Resolução Nº 1, de 2002, do Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 5/2009, Brasília: MEC, 2009.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, 1990.

_____. Lei nº 12.796, de 4 de Abril de 2013. Brasília, 2013.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC 3ª versão. Brasília, DF, 2017.

_____. Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa. A criança no ciclo de alfabetização. Caderno 02/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.

- CARREIRO DA COSTA, F. O Sucesso Pedagógico em Educação Física. Estudo das Condições e Factores de Ensino-Aprendizagem Associados ao Êxito numa Unidade de Ensino. Faculdade de Motricidade Humana. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 1995.
- CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. Formação de professores de Ciências. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2006.
- CARVALHO, L. F.; DIMENSTEIN, M. O modelo de atenção à saúde e o uso de ansiolíticos entre mulheres. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 9, n. 1, p. 121- 129 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22388.pdf> >. Acesso em: 29 fev. 2016.
- CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Org.). Ensino de ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2013.
- COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
- COLL, C. O construtivismo na sala de aula. São Paulo, Ática, 1998. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- Crystal, D. (2003). English as a global language. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- DAOLIO, J. A cultura da/na Educação Física. 2002. 112 f. Tese (Livre docência) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- DARIDO, S. C.; SANCHES NETO, L. O contexto da Educação Física na escola. In: DARIDO, S. C.; RANGEL, I.C.A. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. p. 37-49.
- DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de Ciências: Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.
- DEMO, P. Pesquisa Educacional na América Latina e no Caribe: tentativa de síntese e de discussão crítica. p. 81. Niterói: EDUFF, 1993.
- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: DF, 2010.
- Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos. 4 ed. Campinas, São Paulo. Pontes, 2012b.
- FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Auricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.
- FERRAZ, Maria Heloísa de Corrêa de Toledo. FUSARI, Maria F. de Rezende e. Arte na educação escolar. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



FURMAN, M. O Ensino de Ciências no Ensino Fundamental: colocando as pedras fundacionais do pensamento científico. São Paulo: Sangari Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.famesc.edu.br/biblioteca/biblioteca/ebooks/O%20ensino%20de%20Ci%C3%AAs%20NO%20ENSINO%20FUNDAMENTAL.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

GAIER, A.M. Educação Física Escolar: buscando alunos reflexivos. 2001. 62f. Monografia (Especialização em Ciência do Movimento Humano) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

GODOI, Luis Rodrigo. A importância da música na Educação Infantil. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2011.

HOFFMANN, J. Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.

IBE-UNESCO, Training Tools for Curriculum Development: A Resource Pack. Geneva, Switzerland, IBE-UNESCO, 2013.

_____. What Makes a Good Quality Curriculum? In-Progress Reflections No 2. Geneva, Switzerland, 2015, IBE-UNESCO.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015. P404

KRASILCHIK, M. Reformas e realidade: o caso do ensino das ciências. São Paulo Perspectiva. v. 14, n. 1, p.85-93, 2000.

KRASILCHIK, M. O professor e o currículo das ciências. São Paulo, EPU/Edusp, 1987.

KRUG, H.N. A Formação de professores reflexivos: modelo técnico versus modelo reflexivo. In: KRUG, H.N. (Org.). Formação de professores reflexivos: ensaios e experiências. Santa Maria: O Autor, p.19-32, 2001.

KUNZ, E. A imprescindível necessidade pedagógica do professor: o método de ensino. Motrivivência, ano XI, n.13, p.63-80, novembro, 1999.

LABAN, R. Domínio do movimento. São Paulo: Summus, 1978.

LABAN, Rudolf. Dança Educativa Moderna. São Paulo: Ícone, 1990.

Lei nº 10.328/01, de 12 de dezembro de 2001, que Introduz a palavra "obrigatório" após a expressão "curricular", constante do § 3o do art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei nº 10.793/03, de 1 de dezembro de 2003, que altera a redação do art. 26, § 3o, e do art. 92 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, 1990.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, 1990.

- LIMA, E. L. Matemática e Ensino: 3. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2007.
- LIMA, E. S. Avaliação na Escola. São Paulo: Sobradinho 107, 2002.
- LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. O ensino de música na escola fundamental. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- MARCHIORATO, L. Em busca de melhores resultados: Manual de implantação das Diretrizes Curriculares. Brasília/DF, 2013.
- MARTINS, C. L. R. Educação Física Inclusiva: Atitudes dos Docentes. Movimento, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 637-656, abr./jun. 2014.
- MARTINS, Mirian Celeste. Entrevistas: a inquietude de professores – propositores. In: Educação UFSM, v. 31 – n.02, p.227-240, 2006. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2006/02/a2.htm>>Acesso em: 24 jun. 2019.
- MÉSZÁROS, István. A teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular – BNCC 3ª versão. Brasília, DF, 2017.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: 2018
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 5/2009, Brasília: MEC, 2009.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em 13/05/2018.
- MOURÃO, Elenilce Soares; CAMPELO, Francisco Ací Gomes. Educação sem Fronteiras: Educação de Jovens e Adultos – EJA, encarte regionalizado: Arte. 7ª série – 1ª Edição, 4ª Etapa – Livro 1. João Pessoa: Dinâmica, 2005.
- MOREIRA, A. F. B. (1998). A crise da teoria curricular crítica. In: Costa, M. V. (Org.) O currículo nos limiões do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A
- MOREIRA, A. F. B. Currículo e avaliação. In: Indagações sobre o currículo. MEC/SEB. Brasília, 2008.
- MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa e SILVA, Toma Tadeu (org.) Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1994.
- MORIN, E. A religação dos saberes. O desafio do século XXI, SP. Bertrand Brasil, 2000.
- MORIM, Edgar. Os setes saberes necessários à educação do futuro. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001
- NASCIMENTO, F. et al. O Ensino de Ciências no Brasil: História, Formação de Professores e Desafios Atuais. Revista HISTEDBR on-line. n.39, p. 225-249, 2010.



NÓVOA, A. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação*. 1991 n. 4, p.109-139.

NUNAN, David. *Task- Based Teaching* – 2004, Cambridge University Press.

OECD, *The Definition and Selection of Key Competencies Executive Summary*, 2003, <https://www.oecd.org/pisa/35070367.pdf> (accessed on 15 December 2017).

_____. *The Definition and Selection of key Competencies*, 2005
<http://www.oecd.org/pisa/35070367.pdf> (accessed on 07 December 2017).

OECD-PISA. *Preparing our youth for an inclusive and sustainable world. The OECD PISA global competence framework*. 2018. Paris.

OLIVEIRA, L. E. M. (1999). *A historiografia Brasileira da literatura Inglesa: Uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)*. Retrieved from Biblioteca Digital da UNICAMP

OLIVEIRA, A.A.B. *Metodologias emergentes no ensino da Educação Física*. *Revista da Educação Física/UEM*, v.8, n.1, p.21-27, 1997.

Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias, vol. 1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

ORLANDI, Nei. *Discurso e Leitura*. 9. Ed. São Paulo. Cortez, 2012a.

PAIVA, V.L.M.O. *A LDB e a legislação vigente sobre o ensino e a formação de professor de língua inglesa*. In: STEVENS, C.M.T e CUNHA, M.J. *Caminhos e Colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil*. Brasília: UnB, 2003. p.53- 84

Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental, Educação Física. Brasília: MEC, 1997.

Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental, Educação Física. Brasília: MEC, 1998.

Parecer CNE/CEB nº 016/2001, de 03 de julho de 2001 – Consulta quanto à obrigatoriedade da Educação Física como componente curricular da Educação Básica e sobre a grade curricular do curso de Educação Física da rede pública de ensino.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975)*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma Introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010. p. 163-253.

PEREIRA, SRC et all. *Dança na escola: desenvolvendo a emoção e o pensamento*. *Revista Kinesis*. Porto Alegre, n. 25, 2001.

PERRENOUD, Philippe. MAGNE, B. C. *Construir: as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIAUI, Secretaria Estadual da Educação e Cultura. *Diretrizes Curriculares da Rede Pública Estadual do Piauí, Ensino Fundamental e Médio*, - Teresina, Piauí: SEDUC, 2013.

PIAUÍ, Secretaria Estadual de Educação e Cultura. Diretrizes Curriculares da Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí, Ensino Fundamental e Ensino Médio – 2013.

Preconceito linguístico. 56. Ed. São Paulo: Parábola, 2015.

Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. São Paulo, Ática, 2003.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/ SEF, 1998, vol. 1 – introdução.

RICHARDS, Jack. C. Approaches and Methods in Language Teaching, 1986. Cambridge University Press 2004

RICHARDS Jack C., RENANDYA ,Willy A. Methodology in Language Teaching: An Anthology of Current Practice Cambridge University Press, Year, 2002

RICHARDS, Jack. C. Curriculum Development in Language Teaching. Cambridge University Press, Cambridge Language Education, 2001.

RICHARDS, J. RODGERS, T. Approaches and Methods in Language Teaching. New York, NY: Cambridge University Press, 2001.

RICHARDS, Jack C., LOCKHART Charles. Reflective Teaching in Second Language Classrooms - Cambridge Language Education. Cambridge University Press, 1996.

ROCHA, M. B. A formação dos saberes sobre ciências e seu ensino: trajetórias de professores dos anos iniciais do ensino fundamental. 2013.250f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, Escola e Inclusão Social. São Paulo: Ed. Parábola Editorial, 2009.

ROLDÃO, M. (2002). De que falamos quando falamos de competências? Noesis. Janeiro/Março, 59- 62.

ROSÁRIO, L. F. R, DARIDO, S. C. A sistematização dos conteúdos da educação física na escola: a perspectiva dos professores experientes. Motriz, Rio Claro, v.11 n.3 p.167-178, set./dez. 2005.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 197

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SAVIANI, Nereide. Currículo: um grande desafio para o professor. Texto referente à palestra proferida em 05/12/02, no Ciclo de Conferências Apeoesp – São Paulo/SP. Revista de Educação, n. 16, São Paulo.

SEEDUC, Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Diretrizes para a Política de educação integral: solução educacional para o Ensino Médio. Caderno 2, Modelo Pedagógico: princípios, metodologias integradoras e avaliação da aprendizagem. 2014



SELBACH, S. et al. Ciências e didática. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 5 Ed. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP, 2014.

SERRA, C. A. M. Currículo na Educação Pré-Escolar e Articulação Curricular com o 1º Ciclo do Ensino Básico. Porto: Porto Editora, 2004.

SILVA, Carlos Alberto Pereira da. Plano Estadual de Educação do Piauí. Teresina: SEDUC, 2016.

SILVA, Mariza Vieira. História da Alfabetização no Brasil: constituição de sentidos e do sujeito de escolarização Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, São Paulo, 1998

SPOLIN, Viola. Jogos teatrais: o fichário de Viola Spolin / Viola Spolin; tradução de Ingrid Koudela. – São Paulo: Perspectiva, 2008

TEIXEIRA, Sirlândia Reis de Oliveira. Jogos, brinquedos, brincadeiras e brinquedoteca: implicações no processo de aprendizagem e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Wak, 2010: In: MOREIRA, Paulo Roberto. Psicologia da Educação. Interação e Individualidade. São Paulo: FTD, 1999.

Sistemática de Avaliação – SEDUC / 2019

UNESCO. World Data on Education. VII Ed. 2010/11. IBE/2011/CP/WDE/SY

VAZ, C. R; FAGUNDES, A. B; PINHEIRO, N. A. M. O surgimento da ciência, tecnologia e sociedade (CTS) na educação: uma revisão. Anais do I Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia, Curitiba, 2009.

VERDERI, EB. Dança na escola. 2 ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.



CURRÍCULO DE ALTOS



*Um Marco para a Educação
do nosso Município*

Apêndice



Relação dos municípios que fizeram adesão ao regime de colaboração

Município	Prefeito	Secretário Municipal
Acauã	Reginaldo Raimundo Rodrigues	Hildevam José Gomes
Agricolândia	Walter Ribeiro Alencar	Clay Regazzone Gonçalves
Água Branca	Jonas Moura de Araújo	Cleidimar Tavares Mendes Brito
Alagoinha do Piauí	Jorismar José da Rocha	Francisca Anatólia de Carvalho Rocha
Alegrete do Piauí	Marcio Willian Maia de Alencar	Valdênia Francisca da Silva
Alto Longá	Henrique Cesar Saraiva De A. L. Costa	Mirian de Andade Lima
Altos	Patrícia Mara da Silva Leal Pinheiro	Márcia Beatriz Barros
Alvorada do Gurgueia	Luís Ribeiro Martins	Severina Maciel Oliveira
Amarante	Diego Lamartine Soares Teixeira	Ironilson Lima da Cruz
Angical do Piauí	Maria Neta de Souza Santos Nunes	Maria da Cruz Cabral de Brito
Antônio Almeida	João Batista Cavalcante Costa	Gonçala dos Santos
Aroazes	Antônio Tomé Soares de Carvalho Neto	Evilânia Campelo Soares
Aroeiras do Itaim	Wesley Gonçalves de Deus	Maria Fátima de Sousa
Assunção do Piauí	Antônio Luiz Neto	Antônia Alves Pereira Antunes



Município	Prefeito	Secretário Municipal
Avelino Lopes	Dióstenes José Alves	Gisele Prospero do Colto
Baixa Grande do Ribeiro	Ozires Castro Silva	Maria Arlete Boson
Barra D'Alcântara	Francisco Claudison de Brito Sousa	Francisca Jeannes Guedes
Barras	Carlos Alberto Lages Montes	Maria de Lourdes Costa de Moraes
Barro Duro	Deusdete Lopes da Silva	Ana Márcia dos Santos
Bela Vista do Piauí	Eloisio Raimundo Coelho	Evandra de Sousa Marques
Beneditinos	Jullyvan Mendes de Mesquita	Irenildes Marques da Silva
Bertolândia	Luciano Fonseca de Sousa	Raimundo Ferreira
Betânia do Piauí	Fabio de Carvalho Macedo	Maximiano Pedro Rodrigues
Boa Hora	Francieudo do Nascimento Carvalho	Raimundo Carvalho
Bocaina	Erivelto de Sá Barros	Maria de Fátima Sá
Bom Jesus	Marcos Antônio Parente Elvas Coêlho	Maria Sidinei Lins Araujo
Bom Princípio do Piauí	Francisco Apolinário Costa Moraes	Jucilene Campelo Veras



Município	Prefeito	Secretário Municipal
Boqueirão Do Piauí	Valdemir Alves Da Silva	Zenilde Mirian Gomes
Bonfim do Piauí	Paulo Henrique Viana Pindaiba	Raimundo Emídio Viana
Brasileira	Paula Miranda Amorim Araújo	Alenildo Melo
Buriti dos Lopes	Raimundo Nonato Lima Percy Junior	Fernando Luiz Liberato Moraes
Buriti dos Montes	José Valmi Soares	Maria De Lourdes Da Silva
Cabeceiras do Piauí	José Joaquim de Sousa Carvalho	Braz Carvalho
Cajazeiras do Piauí	Aldemar da Silva Carmo Neto	Kelry da Costa Holanda Soares
Caldeirão Grande do Piauí	João Vianney de Sousa Alencar	Fabiana de Sousa Miranda
Campinas do Piauí	Valdinei Carvalho de Macedo	Fabiana de Sousa Macêdo
Campo Alegre do Fidalgo	Israel Odilio da Mata	Antônio Mariano Matta
Campo Grande do Piauí	João Batista de Oliveira	Anazilda Maria de Jesus
Campo Largo do Piauí	Rômulo Aécio Sousa	Genivaldo Arimateia
Campo Maior	José de Ribamar Carvalho	Maria da Conceição Pinheiro



Município	Prefeito	Secretário Municipal
Canaveira	Joan de Albuquerque Rocha	Luiza Maria De Albuquerque
Canto do Buriti	Marcos Nunes Chaves	Cleivalder dos Santos
Capitão de Campos	Francisco M. de Carvalho Filho	Thais Muniz
Cap. Gervásio Oliveira	Gabriela Oliveira Coelho da Luz	Enivá Araújo de França
Caraúbas do Piauí	João Coelho de Santana	Silmara Cristina Cardoso
Caridade do Piauí	Antoniél de Sousa Silva	Aldo Cezar da Silva
Castelo do Piauí	José Magno Soares da Silva	Idala Soares Nogueira
Cocal dos Alves	Osmar de Sousa Vieira	Aurilene Vieira Brito
Cocal de Telha	Ana Célia da Costa Silva	Maria Helena Carvalho
Coivaras	Macelino Almeida de Araújo	Clarice Alves de Oliveira
Colônia do Gurgueia	Alcilene Alves de Araújo	Janaína Maria de Sousa
Colônia do Piauí	Lucia de Fatima B. Moura de Abreu As	Maria Dalvileide de Sousa
Coronel Jose Dias	Manoel Oliveira Galvao	Teresinha de Castro



Município	Prefeito	Secretário Municipal
Corrente	Gladson Murilo Mascarenhas Ribeiro	Ianê Portela
Cristalândia	Ariano Messias Nogueira Paranaguá	João Antônio Carvalho
Curimatá	Valdecir Rodrigues de A. Junior	Anubete Angelino Pereira
Currais	Raimundo de Sousa Santos	Erenildo Martins Fonseca
Demerval Lobão	Luis Gonzaga de Carvalho Junior	Maria Campelo dos Santos
Dom Expedito Lopes	Valmir Barbosa de Araújo	Edson Carlos de Sousa Leal
Dom Inocêncio	Maria das Virgens Dias	Janilson da Costa Dias
Domingos Mourão	Júlio César Barbosa Franco	Erica Grasiela Benicio
Elesbão Veloso	José Ronaldo Gomes Barbosa	Maria Reis Oliveira
Eliseu Martins	Marcos Aurelio G. De Araújo	Olívia da Silva Ferraz
Esperantina	Vilma Carvalho Amorim	Elizabeth Silva
Floresta do Piauí	Amilton Rodrigues de Sousa	Albertina Araújo
Floriano	Joel Rodrigues da Silva	Joab Curvina



Município	Prefeito	Secretário Municipal
Francinópolis	Paulo César Rodrigues de Moraes	Eliane Rodrigues de Moraes
Francisco Macedo	Raimundo Nonato de Alencar	Virgílio Alencar
Francisco Santos	Luis José de Barros	Edson Filho
Fronteiras	Maria José Ayres de Sousa	Verônica Maria Pereira
Geminiano	Erculano Edimilson de Carvalho	Erica Moura Oliveira
Gilbués	Leonardo de Moraes Matos	Alrenívea do Nascimento
Guadalupe	Maria Jozeneide Fernandes Lima	Helvia de Almeida Santos
Guaribas	Claudinê Matias Maia	Valdir Maia
Hugo Napoleão	Hélio Rodrigues Alves	Antônia Lopes
Ilha Grande	Herbert de Moraes e Silva	James de Sales Santos
Inhuma	Antônio Rufino da Silva Junior	Marco Antônio de Oliveira Rufino
Ipiranga do Piauí	José Santos Rêgo	Francisca Lima
Isaias Coelho	Francisco Eudes C. Branco Nunes	Rosa Mauriz



Município	Prefeito	Secretário Municipal
Itainópolis	Paulo Lopes Moreira	Antônio Eusébio
Itaueira	Quirino de Alencar Avelino	Maria de França
Jaicós	Ogilvan da Silva Oliveira	Sônia Maria de Sousa Ribeiro
Jardim do Mulato	Airton José da Costa Veloso	Lucilene Gomes da Silva
Jatobá do Piauí	José Carlos Gomes Bandeira	Rosilene de Sousa Oliveira
João Costa	Gilson Castro de Assis	Ledinalva Bernardino
Joaquim Pires	Genival Bezerra da Silva	Leda Maria Correia
Joca Marques	Edilberto Aguiar Marques Filho	Maria Antônia Rodrigues
José de Freitas	Roger Coqueiro Linhares	Amparo Holanda
Juazeiro do Piauí	José Valdo Soares Rocha	Irisdalva Soares
Julio Borges	Eduardo Henrique de Castro Rocha	Ana Claudia Pereira da Silva
Jerumenha	Aldara Rocha Leal Vilar Pinto	Silvana Matos dos Santos e Silva
Lagoa Alegre	Carlos Magno Fortes Machado	Francisco Ferreira



Município	Prefeito	Secretário Municipal
Lagoa de São Francisco	Veridiano Carvalho de Melo	Aurilene Ribeiro Barbosa
Lagoa do Barro do Piauí	Gilson Nunes de Sousa	Sandra Coelho Amorim
Lagoa do Piauí	Antonio Francisco de Oliveira Neto	Erivanda Lopes de Sousa
Lagoinha do Piauí	Alcione Barbosa Viana	Franklin Lima Leal
Landri Sales	Aurélio Saraiva de Sá	Adriana Pires Teixeira
Manoel Emídio	Antonio Sobrinho da Silva	Gilvan Rodrigues dos Santos
Marcolândia	Francisco Pedro de Araujo	Armandina Vieira de Araujo
Marcos Parente	Pedro Nunes de Sousa	Pedrina Ferreira dos Santos
Massapê do Piauí	Francisco Epifânio Carvalho Reis	Leonel Lopes
Matias Olímpio	Edisio Alves Maia	Sunamita Patrício de Oliveira
Miguel Alves	Miguel Borges de Oliveira Júnior	Ely Sandro Vaz e Silva
Miguel Leão	Roberto César Area Leão Nascimento	Jaquileide de Sousa e Silva
Milton Brandão	Expedito Rodrigues de Sousa	José Arnaldo de Oliveira



Município	Prefeito	Secretário Municipal
Monsenhor Hipólito	Zenon de Moura Bezerra	Gardênia Maria Bezerra
Morro do Chapéu do Piauí	Marcos Henrique Fortes Rebelo	Valma Cristiane Alves
Murici dos Portelas	Ricardo do Nascimento Martins Sales	Maria de Lourdes Nascimento Sales
Nazaré do Piauí	Raimundo Notato Costa	Antônio José de Santos Filho
Nazária	Osvaldo Bonfim de Carvalho	Antonio Luis Alencar
Nossa Sr ^a de Nazaré	Luiz Cardoso de Oliveira Neto	Patricia Fortes dos Reis
Nova Santa Rita	Antonio Francisco Rodrigues da Silva	Dalvani de Sousa Celho
Novo Santo Antônio	Edgar Geraldo de A. Bona Miranda	Albertina Pereira Gomes
Oeiras	José Raimundo de Sá Lopes	Sebastiana Maria Lima Tapety
Olho D'água do Piauí	Antonio Francisco dos Santos	Maria Zelia Leal Silva
Padre Marcos	José Valdinar da Silva	Eraldo Carvalho Gomes
Paes Landim	Gutemberg Moura de Araújo	Lucinete Borges de Jesus
Pajeú do Piauí	Sebastiana Vieira de Carvalho	Ocioneide Cabedo de Moura
Palmeirais	Reginaldo Soares Veloso Júnior	Lucimary Rodrigues da Silva



Município	Prefeito	Secretário Municipal
Paquetá	Thales Coelho Pimentel	José Diomar de Moura
Passagem Franca do Piauí	Raislan Farias dos Santos	Maria Conceição dos Santos
Patos do Piauí	Agenilson Teixeira Dias	Maria da Penha
Pau D'arco	Josenilton de S. Rodrigues Bacelar	Joana de Sousa Bacelar
Parnaíba	Francisco de Assis de Moraes Souza	Rafael Alves de Sousa
Paulistana	Gilberto José de Melo	Julia Maria Coelho de Sousa
Pavussu	Julimar Barbosa da Silva	Gilvam Martins dos Reis
Pedro II	Alvimar Oliveira de Andrade	Kelcylene de Oliveira
Picos	José Valmir de Lima	Maria Rosilene Monteiro
Pimenteiras	Antonio Venicio do Ó de Lima	Ana Cleide Galdino
Pio IX	Regina Coeli Viana de A. E Silva	Marta Rochel Viana
Piracuruca	Raimundo Alves Filho	Rayane Fernanda Lemos
Piripiri	Luiz Cavalcante e Menezes	Domingos Gomes de Carvalho



Município	Prefeito	Secretário Municipal
Porto	Domingos Bacelar de Carvalho	Ivanete Ferreira Rocha
Porto Alegre do Piauí	Márcio Neiva Martins	Deonita Goçalves Lima
Prata do Piauí	Willhem Barbosa Lima	Williames Barbosa Lima
Queimada Nova	Raimundo Júlio Coelho	Edileusa Dias de Amorim
Redenção do Gurgueia	Angelo José Sena Santos	Delaice Fonseca Guerra
Riacho Frio	Adalberto Gerardo R. Mascarenhas	Roselane Mascarenhas
Ribeira do Piauí	Arnaldo Araújo Pereira da Costa	Carlos César Pereira do Nascimento
Santa Cruz do Piauí	Francisco Barroso de C. Neto	Marinalva Gonçalves
Santa Luz	Cidelton da Cunha Pinheiro	Marilene da Silva
Santa Rosa do Piauí	Veríssimo Antonio Siqueira da Silva	Eliete Pereira da Cunha
Santana do Piauí	Maria José de Sousa Moura	Maria Inês da Rocha
Santo Antônio de Lisboa	Welington Carlos Silva	Marcone Carvalho
São Felix do Piauí	José Jailson Pio	Gilmaura Oliveira de Moura



Município	Prefeito	Secretário Municipal
São Francisco de Assis do Piauí	Josimar João de Oliveira	Alcides Orlando de Carvalho
São Gonçalo do Gurguéia	Paulo Lustosa Nogueira	Gleide Sirino da Silva
São Gonçalo do Piauí	Luis de Sousa Ribeiro Junior	Lucileide Silva Araújo
São João da Canabrava	Mércia de Araújo Abreu	Elizângela dos Santos
São João da Fronteira	Erivan Rodrigues Fernandes	Edvaldo Ximenes de Moraes
São João da Serra	Ananias Fernandes de Sousa	Arlene Fernandes de Sousa
São João da Varjota	Hélio Neri Mendes Rego	Maria Sueli de Carvalho Rego
São João do Arraial	Benedita Vilma Lima	Rosa Maria Melo
São João do Piauí	Gil Carlos Modesto Alves	Edmundo Felipe Borges Filho
São José do Divino	Antônio Nonato Lima Gomes	Verônica Machado Portela
São José do Peixe	Valdemar dos Santos Barros	Noeme Costa da Paixão
São José do Piauí	João Bezerra Neto	Maria Carleuza Ferreira
São Lourenço do Piauí	Michelle de Oliveira Cruz	Dimo Ribeiro Paz
São Miguel do Fidalgo	Cristovão Dias de Oliveira	Raimundo da Guia Pereira



Município	Prefeito	Secretário Municipal
São Miguel do Tapuio	Jose Lincoln Sobral Matos	Silvana Pereira Maia
São Pedro do Piauí	José Maria Ribeiro de A. Júnior	Fredson Leal Nunes
São Raimundo Nonato	Carmelita de Castro Silva	Silmara Oliveira Silva
Sebastiao Barros	Onelio Carvalho dos Santos	Edejanio Lustosa Guedes
Sebastiao Leal	Angelo Pereira de Sousa	Evanda de Sousa Saraiva
Sigefredo Pacheco	Oscar Barbosa da Silva	Murilo Bandeira da Silva
Simões	Jose Wilson de Carvalho	Iris Elaine Dantas
Simplício Mendes	Heli de Araújo Moura Fé	Orleane Hozana de Melo
Socorro do Piauí	José Coelho Filho	Aderson Barbosa Ribeiro
Sussuapara	Edvardo Antonio da Rocha	Elisete Antonia da Rocha Luz
Tamboril	Ana Delcides Figueiredo Guedes	Everaldo Teodósio da Silva
Tanque do Piauí	Francisco Pereira da Silva Filho	Antonia Maria de Araújo
União	Paulo Henrique Medeiros Costa	Marconi Martins
Uruçuí	Francisco Wagner Pires Coelho	Reisimar Gomes de Sousa



Município	Prefeito	Secretário Municipal
Valença	Maria da Conceição Cunha Dias	Kássio Fernando Gomes
Várzea Branca	Idevaldo Ribeiro da Silva	Maria Sonaira Ribeiro
Vera Mendes	Milton da Silva Oliveira	Elizangela da Silva Marques
Vila Nova do Piauí	Edilson Edmundo de Brito	Antonia Maria de Alencar Silva